



A

7

DATA DA REUNIÃO: VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: NOVE HORAS E CINQUENTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZ HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.-----



A

17

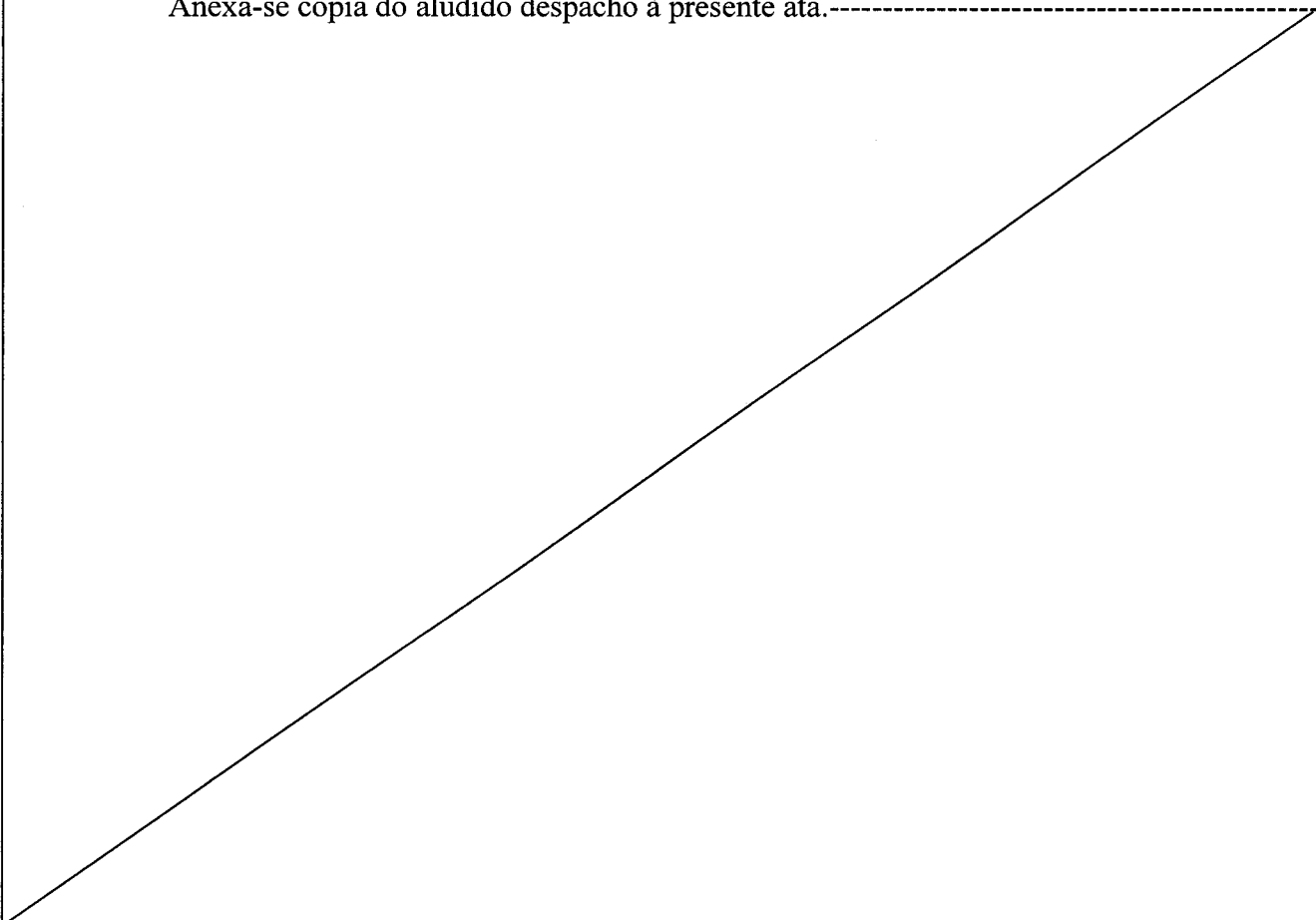
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de treze do corrente mês de junho, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, que aprovou a 7ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e catorze, que consistiu na 7ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos e na 3ª alteração ao Plano de Atividades.

Anexa-se cópia do aludido despacho à presente ata.

-----

DESPACHO

7º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2014

Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 21/10/2013, item 5, n.º 1-a), aprovar a 7ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, com reforço de verbas no montante 717.000,00€ (setecentos e dezassete mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de Despesas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 5 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Finanças e Compras para execução.

Santo Tirso, 13 de junho de 2014

O Presidente,

Dr.º Joaquim Couto

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
IRCC

Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Bem-Estar
Geral e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-s-tirso.pt
www.cm-s-tirso.pt

4

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

MODIFICAÇÃO N.º 7

ALTERAÇÃO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º 7

ALTERAÇÃO PLANO DE ACTIVIDADES N.º3

ALTERAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS N.º7

junho 2014

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2014 Data Aprovação :

Página:

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 7		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	020101		Matérias-primas e subsidiarias	313.000,00	50.000,00	
02	02020102		Água	165.000,00	40.000,00	
02	020210		Transportes	1.800.500,00		
02	020217		Publicidade	264.000,00	10.000,00	
02	02022001		Recolha residuos solidos	165.000,00	200.000,00	
02	02022003		Tratamento aguas ressiduais	5.000,00	140.000,00	
02	02022009		Serviços especializados diverso	1.456.500,00	50.000,00	
02	020225		Outros serviços	745.500,00	30.000,00	
02	04050104		Associação Municípios	1.470.000,00		100.000,00
02	04050108		Outros	87.000,00		50.000,00
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	5.731.000,00		385.000,00
02	06020302		IVA pago	23.000,00	15.000,00	
02	07010302		Instalações desportivas e recreativas	893.291,56	20.000,00	
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.244.548,77		60.000,00
02	07010602		Outro	10.000,00	40.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					595.000,00	595.000,00
Tipo de Modificação : APA - ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES				Número : 3		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	020210	2014 A 4	TRANSPORTES ESCOLARES	800.000,00		55.000,00
02	020210	2014 A 26	PROGRAMA MIMAR	15.000,00	55.000,00	
02	02022009	2014 A 35	FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA DE SANTO TIRSO	35.000,00	7.000,00	
02	02022009	2014 A 52	I ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM	40.000,00		7.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					62.000,00	62.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 7		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010602	2006 I 99	AQUISIÇÃO VIATURAS	10.000,00	40.000,00	
02	07010302	2011 I 39	REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PISCINA MUNICIPAL	384.319,65	20.000,00	
02	07010401	2014 I 17	REQUALIFICAÇÃO DA ALAMEDA DA PONTE EM SANTO TIRSO	100.000,00		60.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					60.000,00	60.000,00
Total Geral :					717.000,00	717.000,00

Em 13 de Junho de 2014

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página:
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 7	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 7	DO ANO CONTABILISTICO DE 2014	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	O B S
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	19.373.340,33	595.000,00	595.000,00	19.373.340,33	
02	Aquisições bens serviços	4.914.500,00	520.000,00		5.434.500,00	
0201	Aquisições bens	313.000,00	50.000,00		363.000,00	
020101	Matérias-primas e subsidiárias	313.000,00	50.000,00		363.000,00	
0202	Aquisição serviços	4.601.500,00	470.000,00		5.071.500,00	
020201	Encargos instalações	165.000,00	40.000,00		205.000,00	
02020102	Água	165.000,00	40.000,00		205.000,00	
020210	Transportes	1.800.500,00			1.800.500,00	
020217	Publicidade	264.000,00	10.000,00		274.000,00	
020220	Outros trabalhos especializados	1.626.500,00	390.000,00		2.016.500,00	
02022001	Recolha residuos solidos	165.000,00	200.000,00		365.000,00	
02022003	Tratamento aguas ressiduais	5.000,00	140.000,00		145.000,00	
02022009	Serviços especializados diverso	1.456.500,00	50.000,00		1.506.500,00	
020225	Outros serviços	745.500,00	30.000,00		775.500,00	
04	Transferencias correntes	1.557.000,00		150.000,00	1.407.000,00	
0405	Administração local	1.557.000,00		150.000,00	1.407.000,00	
040501	Continente	1.557.000,00		150.000,00	1.407.000,00	
04050104	Associação Municípios	1.470.000,00		100.000,00	1.370.000,00	
04050108	Outros	87.000,00		50.000,00	37.000,00	
05	Subsidios	5.731.000,00		385.000,00	5.346.000,00	
0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	5.731.000,00		385.000,00	5.346.000,00	
050101	Públicas	5.731.000,00		385.000,00	5.346.000,00	
05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	5.731.000,00		385.000,00	5.346.000,00	
06	Outras despesas correntes	23.000,00	15.000,00		38.000,00	
0602	Diversas	23.000,00	15.000,00		38.000,00	
060203	Outras	23.000,00	15.000,00		38.000,00	
06020302	IVA pago	23.000,00	15.000,00		38.000,00	
07	Aquisição bens capital	7.147.840,33	60.000,00	60.000,00	7.147.840,33	
0701	Investimentos	7.147.840,33	60.000,00	60.000,00	7.147.840,33	
070103	Edifícios	893.291,56	20.000,00		913.291,56	
07010302	Instalações desportivas e recreativas	893.291,56	20.000,00		913.291,56	
070104	Construções diversas	6.244.548,77		60.000,00	6.184.548,77	
07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.244.548,77		60.000,00	6.184.548,77	
070106	Material tranportes	10.000,00	40.000,00		50.000,00	
07010602	Outro	10.000,00	40.000,00		50.000,00	
TOTAL ...		19.373.340,33	595.000,00	595.000,00	19.373.340,33	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES			535.000,00	535.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...			60.000,00	60.000,00		

Em 13 de junho de 2014

O Presidente da Camara,

Aprovada em reunião de _____

Os Vereadores:

[Handwritten signature]

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL																PÁGINA :
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 7 DO ANO CONTABILISTICO: 2014																NÚMERO:
		ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES																3
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEGUINTE					
						ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE		
						TOTAL	DEFINIDA		NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE
2.		Funções sociais				1.105.000,00	1.105.000,00		1.870.000,00		-38.000,00		1.105.000,00	1.105.000,00		982.000,00	850.000,00	
2.1.		Educação				950.000,00	950.000,00		1.750.000,00		-45.000,00		950.000,00	950.000,00		855.000,00	850.000,00	
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino				950.000,00	950.000,00		1.750.000,00		-45.000,00		950.000,00	950.000,00		855.000,00	850.000,00	
2.1.2. 02	2014 A 4	TRANSPORTES ESCOLARES	DDECAS	02	020210	800.000,00	800.000,00		1.650.000,00	-55.000,00	55.000,00		745.000,00	745.000,00		855.000,00	850.000,00	
2.1.2. 07	2014 A 26	PROGRAMA NIMAR	DE			150.000,00			100.000,00		-100.000,00		205.000,00					
2.1.2. 07	2014 A 26			02	020210		15.000,00			55.000,00				70.000,00				
2.1.2. 07	2014 A 26			02	020105		25.000,00							25.000,00				
2.1.2. 07	2014 A 26			02	02022009		75.000,00							75.000,00				
2.1.2. 07	2014 A 26			02	040701		35.000,00							35.000,00				
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos				155.000,00	155.000,00		120.000,00		7.000,00		155.000,00	155.000,00		127.000,00		
2.5.1.		Cultura				35.000,00	35.000,00		7.000,00				42.000,00	42.000,00				
2.5.1. 02	2014 A 35	FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA DE SANTO TIRSO	DCT	02	02022009	35.000,00	35.000,00		7.000,00				42.000,00	42.000,00				
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer				120.000,00	120.000,00		120.000,00	-7.000,00	7.000,00		113.000,00	113.000,00		127.000,00		
2.5.2. 17	2014 A 52	1 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM	DDECAS			120.000,00			120.000,00		7.000,00		113.000,00			127.000,00		
2.5.2. 17	2014 A 52			02	02022009		40.000,00			-7.000,00				33.000,00				
2.5.2. 17	2014 A 52			02	020121		40.000,00							40.000,00				
2.5.2. 17	2014 A 52			02	040701		40.000,00							40.000,00				
TOTAL ...						1.105.000,00	1.105.000,00		1.870.000,00		-38.000,00		1.105.000,00	1.105.000,00		982.000,00	850.000,00	

13 de Junho de 2014

[Handwritten signature]

Em ____ de ____ de ____

[Handwritten signature]

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS														PÁGINA :		
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 7 DO ANO CONTABILISTICO: 2014 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 7 DATA DE APROVAÇÃO																
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEGUINTE					
						ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		2015
1.		Funções gerais			698.304,89	10.000,00	10.000,00		20.000,00	40.000,00		-20.000,00		50.000,00	50.000,00			
1.1.		Serviços gerais de administração pública			698.304,89	10.000,00	10.000,00		20.000,00	40.000,00		-20.000,00		50.000,00	50.000,00			
1.1.1.		Administração geral			698.304,89	10.000,00	10.000,00		20.000,00	40.000,00		-20.000,00		50.000,00	50.000,00			
1.1.1.1.	09	2006 I 99	DOM	02 07010602	698.304,89	10.000,00	10.000,00		20.000,00	40.000,00		-20.000,00		50.000,00	50.000,00			
2.		Funções sociais			1.156.129,70	484.319,65	484.319,65		200.000,00	-40.000,00		60.000,00		444.319,65	444.319,65		260.000,00	
2.4.		Habituação e serviços colectivos			100.000,00	100.000,00			200.000,00	-60.000,00		60.000,00		40.000,00	40.000,00		260.000,00	
2.4.2.		Ordenamento do território			100.000,00	100.000,00			200.000,00	-60.000,00		60.000,00		40.000,00	40.000,00		260.000,00	
2.4.2.1.	10	2014 I 17	DPA/DM	02 07010401	100.000,00	100.000,00			200.000,00	-60.000,00		60.000,00		40.000,00	40.000,00		260.000,00	
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos			1.156.129,70	384.319,65	384.319,65			20.000,00				404.319,65	404.319,65			
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			1.156.129,70	384.319,65	384.319,65			20.000,00				404.319,65	404.319,65			
2.5.2.1.	02	2011 I 39	DPA/DM	02 07010302	1.156.129,70	384.319,65	384.319,65			20.000,00				404.319,65	404.319,65			
		PISCINA MUNICIPAL																
TOTAL ...					1.854.434,59	494.319,65	494.319,65		220.000,00			40.000,00		494.319,65	494.319,65		260.000,00	

Em 13 de Junho de 2014

Em ____ de ____ de ____



A

9

b) O senhor presidente deu também conhecimento do parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), de dezanove do corrente mês de junho (Informação I-000861/2014), registado na câmara municipal com o número seis mil oitocentos e quarenta e seis, relativo à 3ª alteração ao Contrato de Concessão do Serviço Público Municipal de Abastecimento de Água dos concelhos de Santo Tirso e da Trofa, cuja proposta foi aprovada pela câmara municipal em reunião extraordinária de dezassete do corrente mês de junho (item três da respetiva ata).-----

Junta-se cópia do aludido parecer à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes oito folhas.-----

Serão acatadas as recomendações feitas pela ERSAR nos pontos 2.4.3. (Atualização anual dos valores do tarifário), 2.5.2 (Tarifas variáveis) e 2.5.3 (Tarifas de outros serviços), conforme informação que será presente à sessão ordinária da assembleia municipal de vinte e cinco do corrente mês de junho.-----

Relativamente às recomendações que a concessionária e os municípios concedentes entendem não ser de acatar, será enviada justificação à Entidade Reguladora, em carta assinada pelas três partes, que igualmente será presente à assembleia municipal. Na ata da próxima reunião da câmara municipal será junta cópia da referida carta.-----

c) Seguidamente pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi dito que relativamente ao parecer da ERSAR atrás referido, não iriam pronunciar-se em virtude de só terem recebido cópia do mesmo no início desta reunião. No entanto que se reservam para a próxima reunião o direito de manifestar a sua opinião sobre o mesmo parecer.-----

d) Seguidamente pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi apresentada a declaração que consta de folhas dezoito a vinte e sete da presente ata, sobre o Serviço Nacional de Saúde.-----

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

Parecer

Com a concordância das Diretoras do DEN-A e DEF

Rel'
A Diretora do DAJ
(Departamento que coordenou)

Isabel André

2014-06-19

Despacho

Visto. Com a nossa concordância.

O Conselho de Administração

2014-06-19

Peres

Informação I-000861/2014

Data 2014-06-12

Assunto Parecer da ERSAR sobre a terceira alteração ao contrato de concessão do serviço público municipal de abastecimento de água dos concelhos de Santo Tirso e da Trofa

1. Descrição do pedido

Através do ofício datado de 21 de maio de 2104, a Câmara Municipal de Santo Tirso, a Câmara Municipal de Trofa (doravante "Concedentes") e a Indaqua Santo Tirso/Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso e Trofa, S.A. (doravante "Concessionária"), solicitaram à ERSAR parecer sobre os documentos relativos à terceira alteração do contrato de concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água dos concelhos de Santo Tirso e Trofa.

Os documentos remetidos para apreciação da proposta do terceiro aditamento ao contrato de concessão compreendem:

- i. Minuta preliminar – terceira alteração ao contrato de concessão
- ii. Versão consolidada do Contrato de Concessão_Compare com CC de 2011;
- iii. Anexo IV - Documentos Financeiros;
- iv. Anexo V – Modelo económico-financeiro;
- v. Anexo X – Tarifário;
- vi. Anexo XI – Fórmulas de Revisão do Tarifário;

Foram apresentadas versões dos anexos IV, V, X e XI os quais refletem os cenários previstos pelas partes relativamente ao financiamento dos investimentos pelo POVT, conforme se descreve no ponto 2.2 do presente parecer.

Embora as alterações ao EVEF sejam em menor número do que na revisão que conduziu ao segundo aditamento do contrato de concessão, reitera-se que a inexistência de um relatório de detalhe que acompanhe o EVEF limita a análise efetuada.

Nos considerandos da minuta do terceiro aditamento as partes fundamentam a necessidade de revisão contratual nos seguintes aspetos:



- a) A candidatura a financiamento de fundos comunitários do Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013 transitou para o Programa Operacional Temático Valorização do Território, 2007-2013 (doravante "POVT") e foi apresentada pela Concessionária no âmbito do Eixo II do sobredito Programa, tendo incluído três conjuntos de investimentos, designados por "Lote 1", "Lote 2" e "Lote 3";
- b) A referida candidatura foi objeto de decisão favorável de financiamento, mas foi considerado que apenas o "Lote 1", correspondente a um investimento no valor de € 2.779.304,91, poderia ser aceite para comparticipação do Fundo de Coesão por ser o único lote que cumpre o grau de maturidade estabelecido no correspondente Aviso de Abertura;
- c) Uma vez que a candidatura foi aprovada após 31 de outubro de 2012, o cenário atualmente em vigor na Concessão é o correspondente à Variante 1 da segunda alteração ao contrato de concessão;
- d) O cenário resultante da aprovação da candidatura, não tem enquadramento em qualquer uma das variantes previstas no contrato de concessão em vigor;
- e) A efetiva atribuição da comparticipação à Concessionária encontra-se dependente da assinatura do Contrato de Financiamento POVT, a qual se encontra, por seu lado, condicionada à verificação de determinados requisitos e pressupostos, de acordo com o disposto nas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- f) A atualização do tarifário para o ano de 2014 não foi aprovada, nos termos e para os efeitos previstos no contrato de concessão, pelo que, desde 1 de janeiro de 2014, continua a vigorar na Concessão o Tarifário referente ao ano de 2013;
- g) Dada a atual conjuntura económica e social do País e, particularmente, dos Concelhos de Santo Tirso e da Trofa, consideraram as Partes prudente redistribuir os aumentos tarifários previstos no contrato em vigor para os anos de 2014 e de 2015, permitindo, também, desta forma, orientar a comparticipação numa perspetiva social;

Em seguida, no ponto 2, é apresentada a análise à proposta de revisão do contrato de concessão.

2. Análise da terceira alteração ao contrato de concessão

Nos pontos seguintes são apresentadas algumas considerações sobre as alterações ao contrato de concessão.

Por se considerarem pertinentes, alguns dos comentários efetuados reiteram o entendimento da ERSAR transmitido no parecer sobre a segunda alteração ao contrato de concessão e que não foram acatados naquela revisão contratual conforme explicações apresentadas pelas Concedentes e Concessionária.

Conforme decorre dos considerandos da minuta da terceira alteração ao contrato de concessão a candidatura a fundos comunitários apenas veio a ser aprovada após a data prevista no contrato de concessão (31 de outubro de 2012) e em termos diversos daqueles que ali eram delineados.

Com efeito, de acordo com segunda alteração ao contrato de concessão, a aprovação ou não aprovação da referida candidatura encontrava-se refletida em algumas cláusulas da segunda alteração ao contrato, assim como em alguns anexos para os quais eram apresentadas versões que consubstanciavam os vários cenários possíveis. Assim:

- A Variante 1 correspondia ao cenário de não aprovação da candidatura ou se a assinatura do respetivo contrato de financiamento comunitário não ocorresse até 31 de Outubro de 2012;
- A Variante 2a previa a comparticipação dos fundos comunitários no montante correspondente a 80% do valor de investimento, incluindo a construção dos ramais, o que representaria a obtenção de subsídios ao investimento no valor de 8.951.243 euros;

- A Variante 2b previa a comparticipação dos fundos comunitários no montante correspondente a 70% do valor do investimento, não incluindo neste caso a construção dos ramais, o que representaria a obtenção de subsídios ao investimento no valor de 6.758.764 euros.

Na proposta de alteração contratual presentemente em análise são considerados dois outros cenários:

- Variante A - corresponde ao cenário de não aprovação da candidatura ou se a assinatura do respetivo contrato de financiamento comunitário não ocorrer até 31 de julho de 2015;
- Variante B - corresponde ao cenário de assinatura do contrato de financiamento POVT até 31 de julho de 2015, correspondente a um investimento no valor de 2.779.304,91 euros, com um montante máximo de financiamento de 1.854.796,15 euros.

2.1. Diferenças entre a Variante 1 do contrato em vigor e a Variante A da terceira alteração ao contrato

De acordo com o entendimento expresso pelas partes, o cenário atualmente em vigor na Concessão corresponde à Variante 1 da segunda alteração ao contrato de concessão, o que pressuporia a manutenção dos pressupostos e anexos contratuais que refletem este cenário.

Todavia, da análise comparada entre os modelos financeiros da Variante 1 do segundo aditamento ao contrato e da Variante A da presente proposta de alteração contratual e com base nos esclarecimentos prestados pela Concessionária ressaltam as seguintes diferenças:

- a) Redução do investimento em capital fixo entre 2011 e 2014, em cerca de 566 mil euros, resultante da atualização dos valores do investimento conforme previsto na cláusula 24.^a-A;
- b) Alteração da trajetória tarifária;
- c) Agravamento dos resultados financeiros devido a um significativo acréscimo dos gastos financeiros. Solicitados esclarecimentos à Concessionária, foi indicado que a alteração em causa se deve ao aumento do *spread* dos financiamentos bancários, incorporado no modelo mas refletido na redução da Taxa Interna de Rentabilidade (TIR).
- d) A Variante A reflete a aplicação da IFRIC12 no que respeita a contratos de construção e capitalização de encargos com ramais;
- e) Redução do valor da TIR de 9,44% para 9,25%, como consequência do referido na alínea c), embora na cláusula 24.^a-C se mantenha a TIR contratualizada de aproximadamente 10%.

Os contratos de concessão caracterizam-se, por oposição a outros tipos de contratos, por implicarem uma significativa e efetiva transferência de risco para a concessionária. Os riscos de construção e de financiamento são tipicamente riscos que, nessa lógica contratual, deverão ser assumidos pela concessionária. Neste sentido, a alínea c) do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, a propósito da partilha de riscos nos contratos de concessão, veio estabelecer que não devem ser refletidos no tarifário aplicado aos utilizadores (como consequência de factos que originem a necessidade de reposição do equilíbrio financeiro da concessão) meros desvios de custos ou calendário face ao plano de investimentos previsto no contrato de concessão.

No mesmo sentido se pronunciou recentemente o Tribunal de Contas em sede de auditoria ao contrato de concessão de Santo Tirso/Trofa, considerando que as diferenças no valor dos investimentos em infraestruturas não devem ser aceites como fundamento do reequilíbrio económico-financeiro da concessão, na medida em que se tratam de custos da responsabilidade da Concessionária.

O contrato de concessão de Santo Tirso/Trofa prevê desde a sua versão inicial, na alínea c) do n.º 1 da cláusula 30.^a a possibilidade de alteração do tarifário para reposição do equilíbrio financeiro da concessão sempre que os investimentos em infraestruturas sejam diferentes previstos no

modelo financeiro em vigor. Note-se que esta possibilidade não constava do caderno de encargos que foi posto a concurso para seleção do concessionário, tendo resultado, provavelmente, da negociação entre as partes posteriormente à adjudicação.

No aditamento ao contrato de concessão de 2011 foram introduzidas as cláusulas 24.^a-A e 24.^a-B, estabelecendo, entre outros aspetos, que uma vez terminado a execução do plano de investimentos, o modelo financeiro seria revisto, de forma a incorporar o custo real do investimento, na mesma lógica da referida cláusula 30.^a.

As partes invocam agora a cláusula 24.^a-A para fundamentar as alterações referidas nas alíneas a) e c) supra.

Sobre estas previsões contratuais e a sua aplicação no caso concreto, considera-se que as mesmas desvirtuam o que devem ser os traços essenciais da concessão. Não estando, além disso, em causa pressupostos do concurso pois o caderno de encargos não os previa, considera-se que as partes não poderiam incluir as supracitadas regras no contrato, seja no momento da sua assinatura ou do aditamento.

No mesmo sentido, considera-se que não deve ser dada execução às referidas regras, pelo que o modelo financeiro anexo ao contrato de concessão não deverá refletir as variações dos custos da obra e custos financeiros, por serem riscos que devem caber à Concessionária.

De todo o modo, de acordo com os esclarecimentos prestados pela Concessionária, os impactos da variação daqueles custos estaria a ser suportada por uma redução da TIR efetiva, não alterando, no entanto, a TIR contratualizada na cláusula 24.^a-C. Assim sendo, a manutenção do modelo económico nos termos preconizados pela ERSAR não impede a execução da alteração pretendida, com a vantagem de salvaguardar a essência da concessão.

2.2. Variante B

No que se refere ao modelo financeiro referente à Variante B da alteração contratual em análise aplicam-se os comentários acima tecidos acerca da incorporação de variações de custos financeiros.

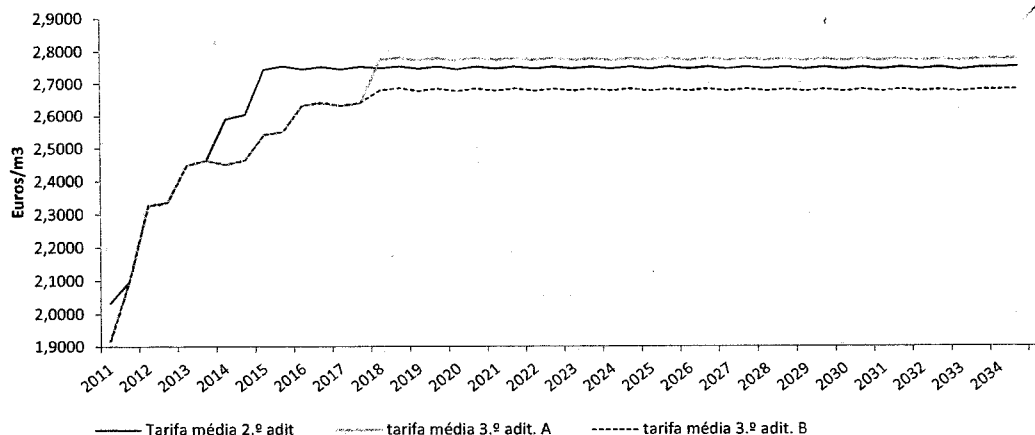
Havendo atribuição de financiamento de fundos comunitários através do POVT importa assegurar que o mesmo é repercutido integralmente em benefício dos utilizadores, não se traduzindo num ganho para o concessionário. Comparando as trajetórias tarifárias apresentadas para as Variantes A e B, abaixo melhor analisadas, constata-se que a Variante B apresenta tarifas inferiores e que a diferença entre os proveitos tarifários (a preços constantes) das duas variantes (4.448.305 euros) é superior ao valor do subsídio comunitário, pelo que se afigura salvaguardada a preocupação acima descrita.

2.3. Trajetória tarifária

Para além das situações que deem origem à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, as partes poderão alterar os termos contratuais, por outros motivos e com outros objetivos, nomeadamente por considerarem necessário adequar a trajetória tarifária à atual conjuntura económica e social do país e particularmente dos concelhos abrangidos pela concessão. Tratando-se de um contrato adjudicado na sequência de concurso público, importará assegurar a manutenção do nível global de proveitos contratualizado.

No gráfico abaixo apresentam-se as trajetórias das tarifas médias (p. constantes de 2011) definidas no contrato em vigor e as que resultam das variantes que integram a proposta de terceira alteração ao contrato de concessão.

Gráfico 1 – Trajetória tarifária – tarifa média



É observável nas trajetórias de ambas as variantes da proposta de terceiro aditamento o diferimento para 2018 dos aumentos tarifários definidos para 2014-2015 no contrato em vigor.

Em detalhe, verificam-se os seguintes acréscimos reais dos valores do tarifário a partir de 2014 (inclusive):

- O contrato em vigor define aumentos anuais reais do tarifário de 5,7% em 2014 e em 2015;
- A Variante A define aumentos tarifários de 3,5%/ano em 2015 e 2016, e de 5,3% em 2018;
- A Variante B define aumentos tarifários de 3,5%/ano em 2015 e 2016, e de 1,7% em 2018;

Na trajetória referente à Variante B é também visível o impacto do recebimento da comparticipação do subsídio na redução da tarifa média.

Note-se que em todos os cenários o volume de abastecimento previsto é de 63.697.292 m³, pelo que se pode avaliar diretamente o impacto no nível global de proveitos tarifários.

Tabela 1 – Proveitos tarifários (p. constantes de 2010, s/IVA)

Cenário	Montante (€)
2.º Aditamento	171.415.667,79
3.º Aditamento – Variante A	171.128.189,07
3.º Aditamento – Variante B	166.679.883,49

Da análise da tabela 1 é visível que a Variante A da terceira alteração ao contrato produz, em termos previsionais, uma receita tarifária ligeiramente inferior à do segundo aditamento, indicando que o adiamento do aumento tarifário e consequente valor final superior (vide gráfico 1) não se demonstra globalmente prejudicial para os utilizadores.

2.3.1. Avaliação do impacto da revisão contratual nos encargos anuais dos utilizadores

Na tabela 2 é apresentada uma simulação dos encargos para os utilizadores domésticos com diferentes níveis de consumo de água (60 m³/ano, 120 m³/ano e 180 m³/ano) para cada um dos cenários em estudo (contrato em vigor, Variantes A e B da terceira alteração ao contrato).

Tabela 2 - Encargos anuais para os utilizadores domésticos (p. constantes de 2010, s/IVA)

Utilizadores domésticos	2018 CC	2018 Variante A	Varição	Var. (%)	2018 Variante B	Varição	Var. (%)
Custo anual - Consumo anual de 60 m³	154,62	156,08	1,46	1%	150,74	-3,88	-3%
Componente fixa	97,80	98,68	0,88	1%	95,31	-2,49	-3%
Componente variável	56,82	57,40	0,58	1%	55,43	-1,39	-2%
Custo anual - Consumo anual de 120 m³	245,16	247,51	2,35	1%	239,05	-6,11	-2%
Componente fixa	97,80	98,68	0,88	1%	95,31	-2,49	-3%
Componente variável	147,36	148,84	1,48	1%	143,74	-3,62	-2%
Custo anual - Consumo anual de 180 m³	335,70	338,95	3,25	1%	327,36	-8,34	-2%
Componente fixa	97,80	98,68	0,88	1%	95,31	-2,49	-3%
Componente variável	237,90	240,27	2,37	1%	232,05	-5,85	-2%

Valores em Euros, sem IVA.

Como seria expectável, a Variante A representa um agravamento dos encargos para os utilizadores motivado pela redefinição da trajetória tarifária enquanto na Variante B ocorre uma redução dos encargos por via do benefício obtido com a subsidiação do investimento.

Com base no indicador de acessibilidade económica previsto no “Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 2.ª geração” publicado pela ERSAR, e que representa o peso do encargo médio com o serviço no rendimento médio disponível por agregado familiar na área de intervenção do sistema, verifica-se que o novo tarifário não implica uma alteração do nível de qualidade de serviço, mantendo-se o atual nível de acessibilidade económica em ambos os cenários, conforme se observa na tabela seguinte.

Tabela 3 - Acessibilidade económica

Utilizadores domésticos	2018 CC	2018 Variante A	2018 Variante B
Consumo anual de 60 m ³	0,55	0,56	0,54
Consumo anual de 120 m ³	0,88	0,88	0,85
Consumo anual de 180 m ³	1,20	1,21	1,17

¹ (Encargo médio com o serviço / Rendimento médio disponível familiar)*100

■ [0 ; 0,50] - qualidade do serviço boa

◐ [0,50 ; 1,00] - qualidade do serviço mediana

■ [1 ; +∞[- qualidade do serviço insatisfatória

2.4. Alterações ao clausulado da minuta contratual

2.4.1. Alargamento do objeto e do âmbito do Contrato (cláusula 15.ª)

A redação da cláusula foi alterada, em função da eliminação dos n.ºs 3 a 6 da cláusula 4.ª os quais previam o alargamento do âmbito territorial do contrato, em caso de obtenção de financiamento comunitário), respeitantes ao alargamento da área de intervenção da concessão para as freguesias da Bacia Hidrográfica do Rio Leça.

Mantém-se, de todo o modo, a possibilidade de as partes acordarem na integração daquelas freguesias na área de intervenção da Concessão, caso o município de Santo Tirso não pretenda gerir, ele próprio, o serviço naquela área (cfr. n.ºs 2 e 3 da cláusula 15.ª).

Relativamente a esta questão, reiteramos o comentário do nosso parecer à segunda alteração contrato de concessão, chamando atenção para o disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 194/2010, de 20 de agosto, segundo o qual não pode ser objeto de revisão do contrato de concessão “O âmbito territorial da concessão quando tal conduza a um aumento dos proveitos tarifários da concessão superior a 50%”. Esta norma deve ser entendida à luz das regras da concorrência, não devendo as alterações ao contrato de concessão impor modificações aos pressupostos do procedimento concursal e que estiveram na base da escolha da proposta vencedora.

Neste sentido, caso venha a ocorrer a integração das freguesias da Bacia Hidrográfica do Rio Leça na área de intervenção da concessão, as partes deverão ter em conta o disposto naquela norma legal.

2.4.2. Remuneração dos capitais acionistas (cláusula 24.ª- C)

Conforme acima referido, no n.º 1 desta cláusula é considerada uma taxa interna de rentabilidade (TIR) de aproximadamente 10% em qualquer cenário (são apresentadas duas variantes em função das diferentes hipóteses de comparticipação por fundos comunitários), mantendo-se o valor definido na segunda alteração ao contrato de concessão.

Verifica-se a eliminação do n.º 2 da cláusula, onde se estabelecia que em futuros e eventuais processos de revisão do contrato de concessão, nomeadamente em situações que permitam a repartição de ganhos adicionais, a Concessionária teria direito à revisão do modelo financeiro da concessão, de modo a que o mesmo contemplasse o aumento da TIR dos capitais acionistas para 12%. A ERSAR considera positiva esta alteração, tanto mais que resulta do consenso das partes, correspondendo também a uma recomendação do Tribunal de Contas (Relatório de Auditoria n.º 03/14, 2.ª secção, de 2014-02-13).

2.4.3. Atualização anual dos valores do tarifário

As fórmulas de revisão anual do tarifário definidas nos Anexos XI-A e XI-B abrangem o ano de 2014. Uma vez que o processo de revisão do contrato ainda se encontra em curso, recomenda-se que as referidas fórmulas sejam aplicadas a partir de 2015 e que os referidos anexos sejam alterados em conformidade.

2.5. Análise do tarifário e adaptação à Recomendação n.º 1 de 2009

No Anexo X é apresentado o tarifário para os exercícios de “2014”, “2015”, “2016”, “2017” e “2018 e seguintes”, a preços constantes de 2010, sendo apresentada uma versão deste Anexo para cada cenário descrito no ponto 2.2. Não obstante, a estrutura dos tarifários apresentados é idêntica, pelo que as considerações que a seguir se apresentam aplicam-se aos tarifários previstos para ambos os cenários.

2.5.1. Tarifários especiais

Conforme referido no parecer da ERSAR sobre a segunda alteração ao contrato de concessão, recomenda-se a adoção de tarifários sociais, designadamente, tarifário social e tarifário para famílias numerosas.

Embora as partes, na sequência do referido parecer, tenham informado a ERSAR que foi acordada a não introdução de tarifas sociais na estrutura tarifária, considera-se oportuno reiterar o entendimento da entidade reguladora acerca desta matéria. Tendo em atenção o princípio da acessibilidade económica que deve presidir à estruturação dos tarifários aplicáveis aos serviços de água e resíduos (o qual preconiza que os tarifários atendam à capacidade financeira dos utilizadores finais na medida necessária a garantir o acesso tendencialmente universal dos serviços de águas e resíduos) e o facto de o tarifário em vigor apresentar um nível de acessibilidade económica mediano (conforme acima evidenciado) considera-se adequada a inclusão de tarifários especiais, conforme referido no ponto 3.1.3 da Recomendação Tarifária n.º 1/2009, de forma a garantir aos agregados familiares mais vulneráveis o acesso em termos equitativos àqueles serviços.

2.5.2. Tarifas variáveis

Recomenda-se que no tarifário seja indicado que as tarifas variáveis têm por referência um período de 30 dias.

2.5.3. Tarifas de outros serviços

A Recomendação Tarifária prevê que a tarifa de verificação extraordinária do contador a pedido do utilizador possa ser objeto de cobrança a título de serviços auxiliares, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador. No tarifário proposto continua

a não estar claro que a tarifa prevista para “Verificação do contador a pedido do utilizador” seja aplicada apenas na situação acima referida.

3. Conclusões e recomendações

Sem prejuízo da análise detalhada acima feita, cumpre destacar as seguintes conclusões e recomendações:

- a) O modelo financeiro das Variantes A e B agora propostas não deve refletir variações nos custos financeiros e de construção face aos modelos em vigor, na medida em que essas variações devem constituir um risco da Concessionária.

De todo o modo, de acordo com os esclarecimentos prestados pela Concessionária, os impactos da variação daqueles custos estaria a ser suportada por uma redução da TIR efetiva, não alterando, no entanto, a TIR contratualizada na cláusula 24.^a-C. Assim sendo, a manutenção do modelo económico nos termos preconizados pela ERSAR não impede a execução da alteração pretendida, com a vantagem de salvaguardar a essência da concessão.

- b) A Variante B parece assegurar que o financiamento por fundos comunitários através do POVT é integralmente repercutido em benefício dos utilizadores, na medida em que apresenta tarifas inferiores à Variante A e que a diferença entre os proveitos tarifários das duas variantes é superior ao valor do subsídio.
- c) A alteração da trajetória tarifária é admissível enquanto alteração contratual acordada entre as partes e não como forma de reequilíbrio financeiro do contrato, na medida em que a Variante A da terceira alteração ao contrato produz, previsionalmente, uma receita tarifária ligeiramente inferior à do segundo aditamento. Mesmo considerando os encargos médios com o serviço no ano de 2018, em que serão superiores aos previstos no contrato em vigor, verifica-se que o novo tarifário correspondente à variante A não implica uma alteração do nível de qualidade de serviço, mantendo-se o atual nível de acessibilidade económica.

As Técnicas

Rita Amaral
(Rita Amaral)

Rita Silva
(Rita Silva)

Rute Rodrigues
(Rute Rodrigues)

João Carlos Silva

Paulo Sérgio

Reunião de câmara de 24 de junho 2014

Período de Antes da Ordem do dia

18

Na reunião de câmara de 29 de Abril, a propósito da moção apresentada pelo senhor presidente da câmara sobre o Serviço Nacional de Saúde, tive a oportunidade de refutar de forma clara os fundamentos de tal moção e de afirmar que enquanto deputado na legislatura de 2005 a 2009, o Dr. Joaquim Couto, não só não defendeu a maternidade de Santo Tirso, como subscreveu o documento técnico ^{que} ~~de~~ provocou o seu encerramento. O Senhor presidente com total desplante acusou-me de mentir e afirmou que tinha defendido precisamente o contrário. Já na reunião de 12 de Maio, como aliás se pode ver a páginas 18, o senhor presidente, desta vez com transcrição para ata, afirmou o seguinte "...Na discussão da Moção ficou claro que, enquanto deputado na Assembleia da República, entre 2005 e 2009, subscrevi um documento político contra o encerramento da maternidade de Santo Tirso" (fim de citação).

Permitam-me que leia a transcrição do voto de protesto apresentado pelo deputado Nuno Teixeira de Melo a propósito do encerramento das várias Maternidades, entre elas a de Santo Tirso "... Sr.^{aa} e Srs. Deputados: O CDS apresenta este voto de protesto porque a decisão anunciada pelo Governo é um erro, é injusta e é injustificada. É que o Governo, na base de um critério estritamente numérico, exige exatamente o mesmo a um concelho como Lisboa, com os seus 530 cidadãos, que exige a Barcelos, com os seus 123.000 habitantes, ou a Mirandela, com os seus 25.000 habitantes. Ao Governo é completamente indiferente saber se o número de partos de um determinado hospital é o número de partos verificado, por exemplo, por 1000 habitantes, ou se é um critério estrito, aplicado de forma geral e abstrata. É, para o Governo, 1500 partos em Lisboa, em, Barcelos, ou 1500 partos, em Mirandela. Isto é um erro, é injusto e é injustificável. De outra forma, desde logo, nunca a maternidade de Barcelos, num dos concelhos mais jovens da europa, teria justificação para encerrar. Depois, é ainda um critério aplicado arbitrariamente. Isto porque, relativamente a outros hospitais cujos blocos de partos estão rigorosamente nas

19
mesmas circunstâncias, o encerramento não foi decidido, e curiosamente, quase sempre a sul. É que, quando se pensa nos hospitais de Santarém, de Cascais ou de Vila Franca de Xira, que estão nas mesmas circunstâncias dos hospitais de **Santo Tirso, Barcelos, Bragança ou Mirandela**, já não há qualquer problema, pois já não encerram..." (fim de citação) - página. 5261 do Diário da Assembleia da República, I série – número 114 de 21 de Abril de 2006, que retrata na íntegra a reunião plenária de 20 de Abril de 2006

Transcrita parte do voto de protesto, vou ler a transcrição da declaração de voto produzida pelo então deputado do PS, Joaquim Couto "Votei desfavoravelmente o voto de protesto apresentado pelo CDS-PP relativamente ao eventual fecho das salas de parto de várias maternidades do País por várias ordens de razão que a seguir sucintamente me refiro: O voto de protesto é demagogicamente apresentado sem ter em conta as explicações do Governo através do Sr. Ministro da Saúde e não diferencia as várias situações em presença, conforme é fácil de concluir dos relatórios sobre a matéria. As condições técnicas e humanas hoje vigentes em algumas maternidades não satisfazem os parâmetros mais exigentes internacionalmente aceites, que garantam menores taxas de consequências negativas em partos de risco e/ou complicados, quer se trate da mãe ou do filho/a. É certo que esta situação se deve em grande parte ao deficiente interesse dos sucessivos governos, com destaque para o período de 2002/2005, da responsabilidade da coligação PPD-PSD/CDS-PP, em que o Serviço Nacional de Saúde e, em especial, a qualidade do serviço público e infraestruturas, na área materno-infantil, não eram prioridade. O voto de protesto apresentado mais não faz do que apelar aos sentimentos mais primários, sob o ponto de vista político, metendo no mesmo saco situações bem diferentes, procurando desestabilizar localmente as populações e não abordando de modo sério as recomendações sobre a matéria, nomeadamente a OMS. É óbvio que todas as parturientes e recém-nascidos têm direito constitucional de serviços de qualidade nas salas de parto do País ao nível da média do que de melhor se pratica na União Europeia. É para esse objetivo que trabalha o Governo. O voto de protesto apresentado é vazio quanto ao passado e inconsequente quanto ao presente e futuro, pelo que

J. J. J.
não mereceu a minha aprovação. Por último, a proximidade de vários hospitais com duplicação de vários serviços existentes em Portugal, sem que daí advenha acréscimo de qualidade aos serviços prestados, leva-me a concluir que é sensata a formação de centros de maior dimensão, com especialização ou diferenciação de serviços, com incidência territorial. (fim de citação)" – página 5295 do Diário da Assembleia da República, I série – numero 114 de 21 de Abril de 2006, que retrata na íntegra a reunião plenária de 20 de Abril de 2006

Se dúvidas existissem sobre quem afinal mentiu, o documento que apenso à ata, que aqui dou por reproduzido, e que farei chegar à comunicação social, provam que o senhor presidente além de mentir, não teve a humildade democrática de assumir as suas responsabilidades.



É natural que em 2006 o senhor presidente, que já na altura não residia nem tinha intenções de regressar a Santo Tirso, não estivesse preocupado com o concelho, e por isso, o encerramento da maternidade de Santo Tirso, e de todo o conjunto de serviços que foram deslocalizados para Famalicão, nada lhe diziam. Estava, isso sim, preocupado em defender o Governo do seu partido.

É por isso com perplexidade, que hoje assistimos ao discurso do senhor presidente, quanto às questões de saúde, mormente, quanto aos argumentos que plasmou na célebre declaração que voto e que agora contraria. Ficamos satisfeitos por percebermos que afinal o senhor presidente alterou a sua posição e seguiu a máxima de um ex-presidente de um clube de futebol: *"o que hoje é verdade, amanhã pode ser mentira!"*. É por esta razão senhor Presidente que os cidadãos estão cada mais distantes da política e dos políticos, como provam o alheamento da política e o forte nível de abstenção que se registou nas últimas eleições.

Senhor presidente, tem hoje e aqui, a oportunidade de pedir desculpas aos Tirsenses, pelo facto de enquanto deputado não os ter defendido, como era sua obrigação!

Quanto às acusações que me dirigiu e ao rótulo de mentiroso com que V. Ex. me brindou, acredite que vou relevar!

Santo Tirso, 24 de junho de 2014


Mendes
Cunha




Sexta-feira, 21 de Abril de 2006

I Série — Número 114



DIÁRIO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE ABRIL DE 2006

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da GamaSecretários: Ex.^{mos} Srs. Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Fernando Santos Pereira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Procedeu-se ao debate do projecto de resolução n.º 116/X — Programa de incentivos ao emprego de jovens licenciados (PSD), que foi rejeitado, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Agostinho Branquinho (PSD), Miguel Laranjeiro (PS), Abel Baptista (CDS-PP), Alda Macedo (BE), Pedro Nuno Santos (PS), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Francisco Madeira Lopes (Os Verdes) e Almeida Henriques (PSD).

Após rejeição de um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), no sentido de, ao abrigo do artigo 107.º, n.º 2, do Regimento, se proceder à votação nominal do voto n.º 51/X — De protesto pelo anunciado encerramento das maternidades de Barcelos, Santo Tirso e Bragança (CDS-PP), o mesmo foi rejeitado, tendo feito intervenções os Srs. Deputados Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), João Semedo (BE), Agostinho Lopes (PCP), Heloisa Apolónia (Os Verdes), Jorge Almeida (PS) e Fernando Santos Pereira (PSD).

A Câmara aprovou o voto n.º 52/X — De homenagem às vítimas da chacina de Abril de 1506 (PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e Os Verdes).

Na especialidade, foi, ainda, aprovado o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos projectos de lei n.ºs 221/X — Altera a Lei Eleitoral da Assembleia da República, introduzindo o requisito da paridade (BE), 222/X — Altera a Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais, introduzindo o requisito da paridade (BE), 223/X — Altera a Lei Eleitoral do Parlamento Europeu, introduzindo o requisito da paridade (BE) e 224/X — Lei da paridade: estabelece que

as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos (PS).

Após o Sr. Presidente ter anunciado a rejeição, em votação final global, do texto de substituição supra-referido, o Sr. Deputado Alberto Martins (PS) pediu a contagem dos votos, tendo também a esse propósito usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Pedro Mota Soares (CDS-PP), Luís Marques Guedes (PSD), Bernardino Soares (PCP), Luís Fazenda (BE), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), José Lello (PS), Guilherme Silva (PSD), Osvaldo Castro (PS), Henrique Rocha de Freitas (PSD), Jorge Strecht e Carlos Lopes (PS), Duarte Pacheco (PSD), António Carlos Monteiro (CDS-PP), Matilde Sousa Franco (PS) e Pedro Duarte (PSD). Feito um apuramento suplementar dos votos, o Sr. Presidente deu por aprovado o respectivo texto de substituição, tendo proferido declarações de votos os Srs. Deputados Maria de Belém Roseira (PS), Helena Pinto (BE) e Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP).

Entretanto, foram aprovadas as proposta de resolução n.ºs 3/X — Aprova, para ratificação, o Protocolo Adicional à Convenção para a Protecção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal, respeitante às Autoridades do Controlo e aos Fluxos Transfronteiriços de Dados, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 8 de Novembro de 2001, 10/X — Aprova a Convenção das Nações Unidas sobre as Imunidades Jurisdicionais dos Estados e dos seus Bens, aberta à assinatura em Nova Iorque, em 17 de Janeiro de 2005, 27/X — Aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático, aprovada na XXXI Sessão da Conferência Geral

dos.

Todos sabemos que, recentemente, têm sido anunciados e aprovados vários investimentos de altíssima qualidade e todos estamos convencidos de que os mesmos também conduzirão ao emprego de jovens qualificados.

Ficou claramente exposto que o Partido Socialista não está disponível para apoiar a precarização do emprego e, sobretudo, do dos jovens que estão no início da sua carreira laboral.

Portanto, com este objectivo central da preocupação do combate ao desemprego no seu conjunto, do combate ao desemprego jovem qualificado, que parece ser preocupação de toda a Câmara — e, aí, certamente todos estaremos de acordo —, o Partido Socialista já apresentou nesta sede, através do Governo, com o Plano Nacional de Emprego e o Programa Novas Oportunidades, várias vias diferenciadas relativamente a vários tipos de desemprego, seja o desemprego jovem, o desemprego não qualificado, o desemprego qualificado, ou o desemprego das mulheres.

Há, pois, propostas e programas vários que estão a ser implementados no terreno, no País, para o combate ao desemprego.

A terminar direi que o desemprego é uma peça fundamental e uma preocupação primeira do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista, desde a primeira hora. Assim continuará a ser, durante toda a Legislatura.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminado o debate do projecto de resolução n.º 116/X, vamos entrar no período regimental de votações.

Antes de mais, vamos proceder à verificação do quórum, utilizando o cartão electrónico. Sublinho que uma das votações que teremos de fazer em seguida, a respeitante à lei da paridade, exige uma maioria qualificada, pelo que também será feita por voto electrónico.

Pausa.

Srs. Deputados, o quadro electrónico regista 181 presenças, a que se somam 23, registadas visualmente pela Mesa, pelo que temos quórum de deliberação.

Srs. Deputados, começamos pela apreciação e posterior votação do voto n.º 51/X — De protesto pelo anunciado encerramento das maternidades de Barcelos, Santo Tirso e Bragança (CDS-PP).

Para a respectiva apreciação, cada grupo parlamentar dispõe de 2 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O CDS apresenta este voto de protesto porque a decisão anunciada pelo Governo é um erro, é injusta e é injustificada. É que o Governo, na base de um critério estritamente numérico, exige exactamente o mesmo a um concelho como Lisboa, com os seus 530 000 cidadãos, que exige a Barcelos, com os seus 123 000 habitantes, ou a Mirandela, com os seus 25 000 habitantes. Ao Governo é completamente indiferente saber se o número de partos de um determinado hospital é o número de partos verificado, por exemplo, por 1000 habitantes, ou se é um critério estrito, aplicado de forma geral e abstracta. E, para o Governo, 1500 partos, em Lisboa, é a mesma coisa que 1500 partos, em Barcelos, ou 1500 partos, em Mirandela. Isto é um erro, é injusto e é injustificável. De outra forma, desde logo, nunca a maternidade de Barcelos, num dos concelhos mais jovens da Europa, teria justificação para encerrar.

Depois, é ainda um critério aplicado arbitrariamente. Isto porque, relativamente a outros hospitais cujos blocos de partos estão rigorosamente nas mesmas circunstâncias, o encerramento não foi decidido — e, curiosamente, quase sempre a sul.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O **Orador**: — É que, quando se pensa nos hospitais de Santarém, de Cascais ou de Vila Franca de Xira, que estão nas mesmas circunstâncias dos hospitais de Santo Tirso, Barcelos, Bragança ou Mirandela, já não há qualquer problema, pois já não encerram.

Depois, não houve a preocupação de demonstrar se, desde logo, os hospitais de Famalicão ou de Braga não irão entrar em ruptura de internamento, quando começarem a receber as parturientes dos concelhos limítrofes, nestes casos concretos.

Depois, também não deixa de ser extraordinário o paradoxo num partido que defende a regionalização, mas que é centralista na decisão.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — De facto, o partido que defende a regionalização é o mesmo partido que, quando tem de,

21 DE ABRIL DE 2006

rendo.

Há, no entanto, um conjunto de questões que continuam sem resposta do Governo, a saber: como e quando vai ser realizada a ampla discussão pública, prévia ao encerramento dos blocos de partos, que, segundo um Deputado do PS, eleito pelo Círculo Eleitoral de Braga, lhe terá sido garantida pelo Governo?

Como vai ser operacionalizada a possibilidade, avançada pelo Sr. Ministro da Saúde, de as parturientes serem acompanhadas, nos hospitais onde agora vão fazer os partos, pelos médicos obstetras que as seguiram nos hospitais onde as respectivas maternidades foram encerradas?

Relativamente ao encerramento da maternidade de Barcelos, colocam-se duas questões: quando vai ser construído o novo hospital, onde, segundo responsáveis do PS local, passará a funcionar a maternidade agora encerrada? Que sentido faz, para responder ao encerramento em Barcelos, realizar obras no bloco de partos do hospital de São Marcos, quando Braga vai ter um novo hospital?

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Aliás, o Governo deve esclarecer como é possível fazer essas obras por despacho interno, sem orçamentação e cumprimento de normas legais.

No voto de protesto apresentado pelo CDS, é referido o critério economicista — é verdade. Mas o CDS-PP e o PSD, que verberam, e bem, a atitude do Governo, deveriam saber que não há causas sem consequências. É que a causa dos critérios economicistas do Governo, isto é, a causa do encerramento das maternidades de Barcelos, Santo Tirso, Mirandela, Chaves, Torres Vedras, Oliveira de Azeméis, Elvas e na Beira interior, chama-se Pacto de Estabilidade, chama-se Estado mínimo, e é algo que deve ser assumido por quem o defende.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero referir que o Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» se associa a este voto de protesto pelo anunciado encerramento das maternidades de Barcelos, Santo Tirso e Bragança. Como nos juntamos, de resto, a todos os protestos das populações, nas mais diversas localidades deste país, que têm vindo a ser confrontadas com o anúncio constante do encerramento de múltiplos serviços essenciais por parte deste Governo, em áreas tão fundamentais como a saúde e a educação, entre outras.

Com estas decisões, constantemente anunciadas pelo Governo, de encerramento destes serviços essenciais, e baseadas em critérios exclusivamente economicistas — e digo «economicistas» propositadamente, justamente para juntar o teor pejorativo a esta expressão —, o Governo está a prejudicar as populações, a afastar estes serviços dos cidadãos e a alargar as áreas do nosso território, sem condições e sem incentivos para manter e para receber população. E fá-lo sem, tão-pouco, olhar ao potencial de desenvolvimento de cada uma dessas localidades.

O que o Governo está, pois, a fazer é a fomentar as condições que geram o despovoamento neste país e que, depois, como uma bola de neve, têm repercussões aos níveis social, económico e ambiental, como todos bem sabemos.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Muito bem!

A **Oradora**: — São estas as questões em causa, com estas decisões. Não se trata de questões que se centrem exclusivamente na área da saúde, na área da educação ou noutra; são questões transversais, com múltiplas consequências negativas para as populações.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A **Oradora**: — E já nos apercebemos do seguinte: aquilo que não chega a um determinado número mínimo, limite, imposto pelo Governo, o Governo encerra, mas tudo aquilo que está a abarrotar ao Governo parece que funciona bem. E foi justamente isso que levou a que o Governo, por exemplo, tenha decidido, face às condições de funcionamento do Hospital Garcia de Orta, em Almada, não construir um hospital no Seixal, que é fundamental para que o hospital de Almada não funcione abarrotado, como acontece neste momento, sem poder servir de igual modo as populações.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Almeida.

Invocando um simples número, o Governo demonstra a insensibilidade de quem coloca em plano de igualdade distritos tão diferenciadas como os de Lisboa, Porto, Braga, Bragança ou Évora, exigindo a uns o mesmo que aos outros e, no final, no acto por que se determinou, consegue como resultado primeiro o acentuar dessas diferenças.

Em concreto, a decisão de encerramento dos blocos das maternidades de Barcelos, Santo Tirso e Bragança ou Mirandela não faz nenhum sentido e penaliza fortemente o Norte do País.

O encerramento do bloco de partos do hospital de Barcelos é um erro. Este hospital situa-se num dos concelhos mais jovens da Europa. Para além das parturientes de Barcelos, recebe as do concelho vizinho de Esposende e o seu atendimento não se limita a partos. Em 2005, de 4400 consultas urgentes de obstetria, 1003 resultaram em partos.

Acresce que o hospital de Braga, escolhido como alternativa pelo Governo, não possui actualmente condições para receber, com eficácia, as parturientes que venham a ser transferidas de Barcelos.

O encerramento do bloco de partos do hospital de Santo Tirso é um erro. A maternidade de Santo Tirso recebe as parturientes deste concelho e da Trofa, com uma média anual de 700 partos, encontrando-se o serviço organizado de acordo com a circular normativa de 2001 da Direcção-Geral de Saúde, cumprindo os critérios exigidos a uma unidade de apoio perinatal. As duas salas de parto têm apoio de uma sala do bloco operatório utilizada em 85% por situações urgentes de obstetria.

Acresce que o hospital de Vila Nova de Famalicão, escolhido como alternativa pelo Governo, não possui actualmente condições para receber com eficácia as parturientes que venham a ser transferidas de Santo Tirso, devendo entrar em ruptura na sua capacidade de internamento.

O encerramento de uma das duas salas de parto do distrito de Bragança é um erro. O distrito de Bragança é um dos maiores do País em área e a sua população encontra-se muito dispersa em localidades, quase sempre desprovidas de acessibilidades condignas.

A título de exemplo, a média de tempo numa deslocação entre Freixo de Espada à Cinta e Mirandela é de cerca de 2 horas e o encerramento de uma das salas de partos constituirá um dano irreparável para esta região que a outra não poderá compensar.

Concluindo, com a sua decisão, o Governo reforça factores de interioridade, acentua assimetrias regionais, e nos exemplos apresentados, prejudica intoleravelmente o Norte de Portugal.

O Sr. **Manuel Mota** (PS) — Sr. Presidente, peço a palavra para informar que apresentarei na Mesa uma declaração de voto e, certamente, que a facultarei ao Sr. Deputado Nuno Melo.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **António José Seguro** (PS): — Sr. Presidente, peço também a palavra para anunciar à Mesa que, em meu nome e em nome de vários Deputados eleitos pelo Círculo Eleitoral de Braga, apresentaremos uma declaração de voto, nos termos regimentais.

O Sr. **Presidente**: — Será registada, Sr. Deputado.

O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Sr. Presidente, peço também a palavra para anunciar à Mesa que apresentarei uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente**: — Também será registada.

O Sr. **Joaquim Couto** (PS): — Sr. Presidente, também peço a palavra para anunciar que, oportunamente, apresentarei na Mesa uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, a Sr.ª Secretária vai proceder à leitura do voto n.º 52/X — De homenagem às vítimas da chacina de Abril de 1506 (PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e Os Verdes).

Tem a palavra, Sr.ª Secretária.

A Sr.ª **Secretária** (Rosa Maria Albernaz): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor:

Há 500 anos, entre 19 e 21 de Abril de 1506, cerca de 4000 cidadãos foram chacinados nas ruas de Lisboa. Morreram por ser judeus. Morreram, vítimas da intolerância religiosa, da ignorância, do desespero e do ódio.

Infelizmente, a intolerância e os crimes de ódio são temas chocantemente actuais. Também hoje, e não só no século XVI, fanatismos religiosos são utilizados como factor de legitimação do ódio, da violência e da guerra. Também hoje, e não só no século XVI, se fala em choques de civilizações que dividiriam a população humana do mundo.

Assim, a Assembleia da República, reunida em Plenário:

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, agora vamos votar...

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, justamente porque o Sr. Presidente vai dar início à votação gostava de apresentar um requerimento e justificá-lo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, registando que, numa discussão desta importância, o Governo falta e que, a propósito de matéria específica de quatro concelhos específicos, nenhum Deputado do Partido Socialista desses concelhos falou, o que não deixa de ser curioso, gostaria de dizer...

Protestos do PS.

Compreendo que os Srs. Deputados do Partido Socialista estejam nervosos...

O Sr. **Presidente**: — Mas qual é o requerimento, Sr. Deputado?

O **Orador**: — Sr. Presidente, gostaria de dizer que, tal e tanto como o eleitorado tem o direito de saber quem cá está, tem também o direito de saber como vota cada Deputado sobre questões que especificamente lhes respeitem...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O **Orador**: — ... e este voto de protesto que o CDS apresenta afecta especificamente quatro concelhos de três distritos deste país.

Nessa exacta medida, porque cada pessoa de cada um desses distritos que elegeu os Deputados que compõem esta Câmara tem o direito de saber como estes escolhem em relação à matéria que directamente os afecta,...

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... requero, Sr. Presidente, nos termos do artigo 107.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República, a votação nominal, que deverá ser deliberada por esta Câmara.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o requerimento oral será submetido de imediato à votação, ao abrigo do artigo 107.º, n.º 2, do Regimento. Obviamente que a votação do requerimento não será nominal mas por levantados e sentados. Se o requerimento for aprovado, é que, isso sim, será feita a votação nominal do voto apresentado.

Srs. Deputados, vamos, então, proceder à votação do requerimento oral, apresentado pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, no sentido de que se proceda a uma votação nominal do voto de protesto, apresentado pelo CDS-PP.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PCP, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PSD.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação do voto n.º 51/X — De protesto pelo anunciado encerramento das maternidades de Barcelos, Santo Tirso e Bragança (CDS-PP).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes e abstenções de dois Deputados do PS.

Era o seguinte:

Recentemente, o Governo anunciou o encerramento de vários blocos de partos existentes em diversos hospitais portugueses e, invocando um critério estritamente economicista, o Governo decidiu com uma lógica implacável: ou se opta por viver nos grandes centros urbanos, nos locais fortemente populosos, como regra no privilegiado litoral português, ou não se merece a atenção do Estado, na garantia de serviços tão fundamentais, como em algumas áreas da saúde.

requereram, de imediato, ao Governo esclarecimentos complementares sobre o assunto.

O Governo respondeu ao referido requerimento, com um conteúdo que não elimina todas as dúvidas então colocadas e que, por conseguinte, se mantêm. Por esta razão, os referidos Deputados preparam novo requerimento insistindo na necessidade de maiores esclarecimentos de modo a tomarem uma posição sustentada sobre o encerramento do Bloco de Partos da Maternidade do Hospital de Barcelos.

O rigor deste comportamento é divergente da elaboração de votos de protesto ou de congratulação sobre o assunto, razão primeira pela qual votámos contra o voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, no passado dia 20 de Abril.

Os Deputados do Partido Socialista eleitos pelo Círculo Eleitoral de Braga continuarão a acompanhar este assunto, com a seriedade e o rigor que ele merece, e no respeito pela defesa das populações de Barcelos e de Esposende à concretização do direito de acesso a bons cuidados de saúde.

Os Deputados do PS, *António José Seguro — Miguel Laranjeiro — Isabel Jorge — Isabel Coutinho — Teresa Venda — Nuno Sá — Ricardo Gonçalves.*

Votei desfavoravelmente o voto de protesto apresentado pelo CDS-PP relativamente ao eventual fecho das salas de parto de várias maternidades do País por várias razões que a seguir sucintamente refiro:

O voto de protesto é demagogicamente apresentado sem ter em conta as explicações do Governo através do Sr. Ministro da Saúde e não diferencia as várias situações em presença, conforme é fácil de concluir dos relatórios sobre a matéria.

As condições técnicas e humanas hoje vigentes em algumas maternidades não satisfazem os parâmetros mais exigentes internacionalmente aceites, que garantam menores taxas de consequências negativas em partos de risco e/ou complicados, quer se trate da mãe ou do filho/a. É certo que esta situação se deve em grande parte ao deficiente interesse de sucessivos governos, com destaque para o período 2002/2005, da responsabilidade da coligação PPD-PSD/CDS-PP, em que o Serviço Nacional de Saúde e, em especial, a qualidade do serviço público e infra-estruturas, na área materno-infantil, não eram prioridade.

O Governo, através do Ministério da Saúde e de acordo com o seu Programa, tem vindo a reformar, paulatinamente, vários sectores da saúde, mesmo que isso afronte alguns grupos de interesses e corporações.

O voto de protesto apresentado mais não faz do que apelar aos sentimentos mais primários, sob o ponto de vista político, metendo no mesmo saco situações bem diferentes, procurando desestabilizar localmente as populações e não abordando de modo sério as recomendações produzidas sobre a matéria, nomeadamente a OMS.

É óbvio que todas as parturientes e recém-nascidos têm o direito constitucional de serviços de qualidade nas salas de parto do País ao nível da média do que de melhor se pratica na União Europeia. É para esse objectivo que trabalha o Governo.

O voto de protesto apresentado é vazio quanto ao passado e inconsequente quanto ao presente e futuro, pelo que não mereceu a minha aprovação.

Por último, a proximidade de vários hospitais com duplicação de vários serviços existentes em Portugal, sem que daí advenha acréscimo de qualidade aos serviços prestados, leva-me a concluir que é sensata a formação de centros de maior dimensão, com especialização ou diferenciação de serviços, com incidência territorial.

O Deputado do PS, *Joaquim Couto.*

Abstive-me no protesto apresentado pelo CDS-PP relativamente ao encerramento das maternidades de Bragança, Barcelos e Lamego, por considerar que, tendo embora em conta os critérios de gestão e racionalidade aduzidos pelo Ministério da Saúde, tal decisão, no contexto actual, é susceptível de agravar a desertificação, com uma pesada incidência na quebra da qualidade de vida das populações, em grande parte dependentes da existência de serviços públicos. Recorde-se que é uma incumbência prioritária do Estado, nos termos do artigo 81.º da Constituição da República Portuguesa, «promover a coesão económica e social de todo o território nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior».

Aliás, o programa do XVII Governo colocou a coesão como um dos seus objectivos principais.

O Deputado do PS, *Manuel Alegre.*



Voto de Pesar

A Câmara Municipal de Santo Tirso, reunida em Sessão Ordinária no dia 24 de Junho de 2014, aprovou por unanimidade um VOTO DE PESAR pelo falecimento da Ana Catarina Neto Moreira, com o seguinte teor:

A Ana Moreira era uma jovem de 19 anos, residente em Aldeia Nova, freguesia de Agrela, concelho de Santo Tirso, foi integrada desde o dia 2 de Maio de 2014, por um período de 12 meses, no Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal, como assistente técnica, ao abrigo da medida estágio/emprego (medida activa de emprego promovida pela CMST e o IEFP).

Desde o início do seu contrato de estágio que desempenhou as suas funções de forma responsável, dedicada e com grande sentido de profissionalismo.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento de Ana Moreira;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar.

Nota: O voto de pesar não foi apresentado na reunião passada por ser uma reunião extraordinária

Os Vereadores da Câmara Municipal de Santo Tirso,

24 de Junho de 2014



A

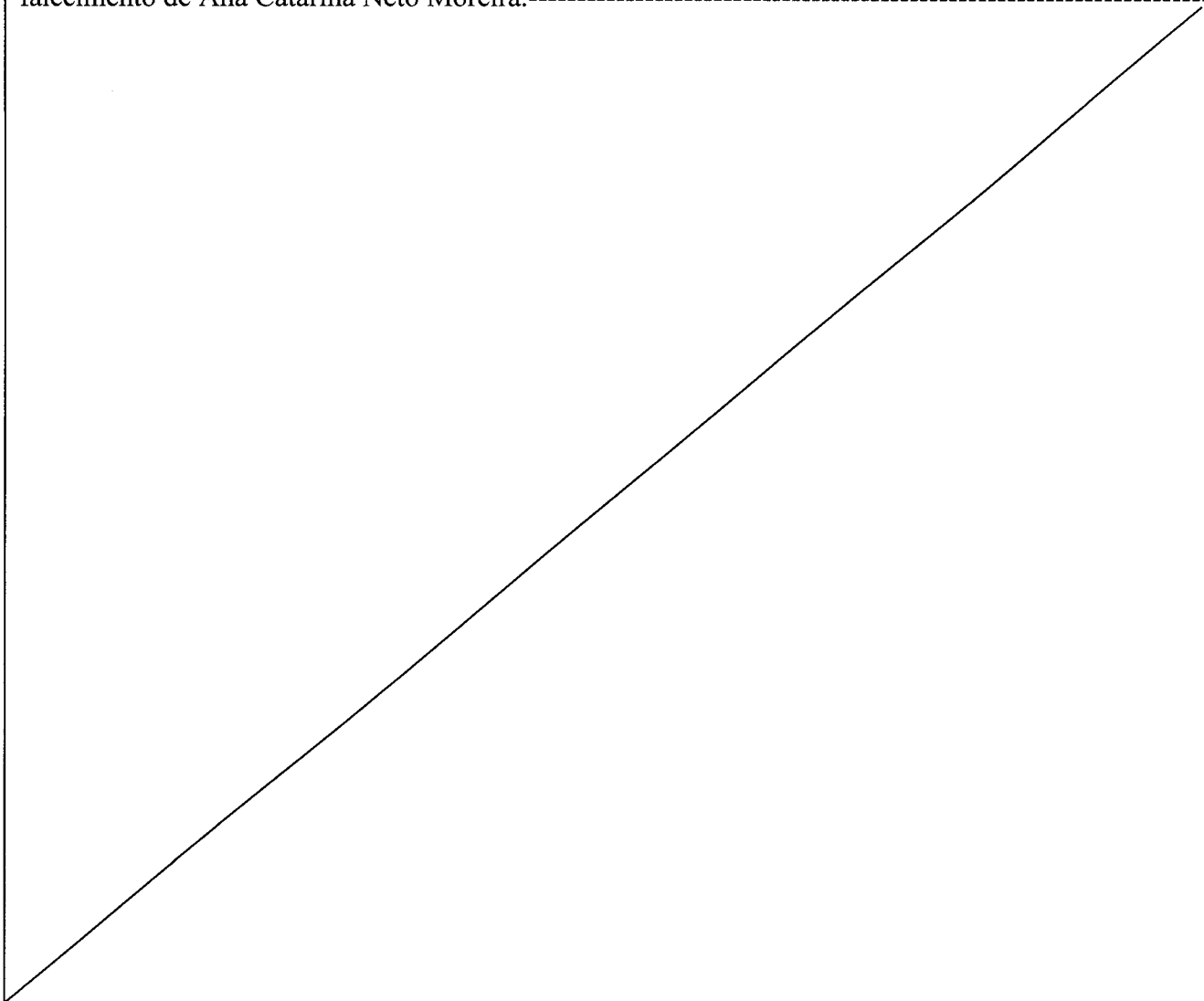
Seguidamente pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

“O senhor vereador refere apenas um dos documentos sobre o tema o que lhe convém.---

Não refere outros documentos / intervenções acerca do tema, onde manifestei a minha opinião contrária. Lamento mais uma vez o ataque pessoal e este modo de fazer política”.-----

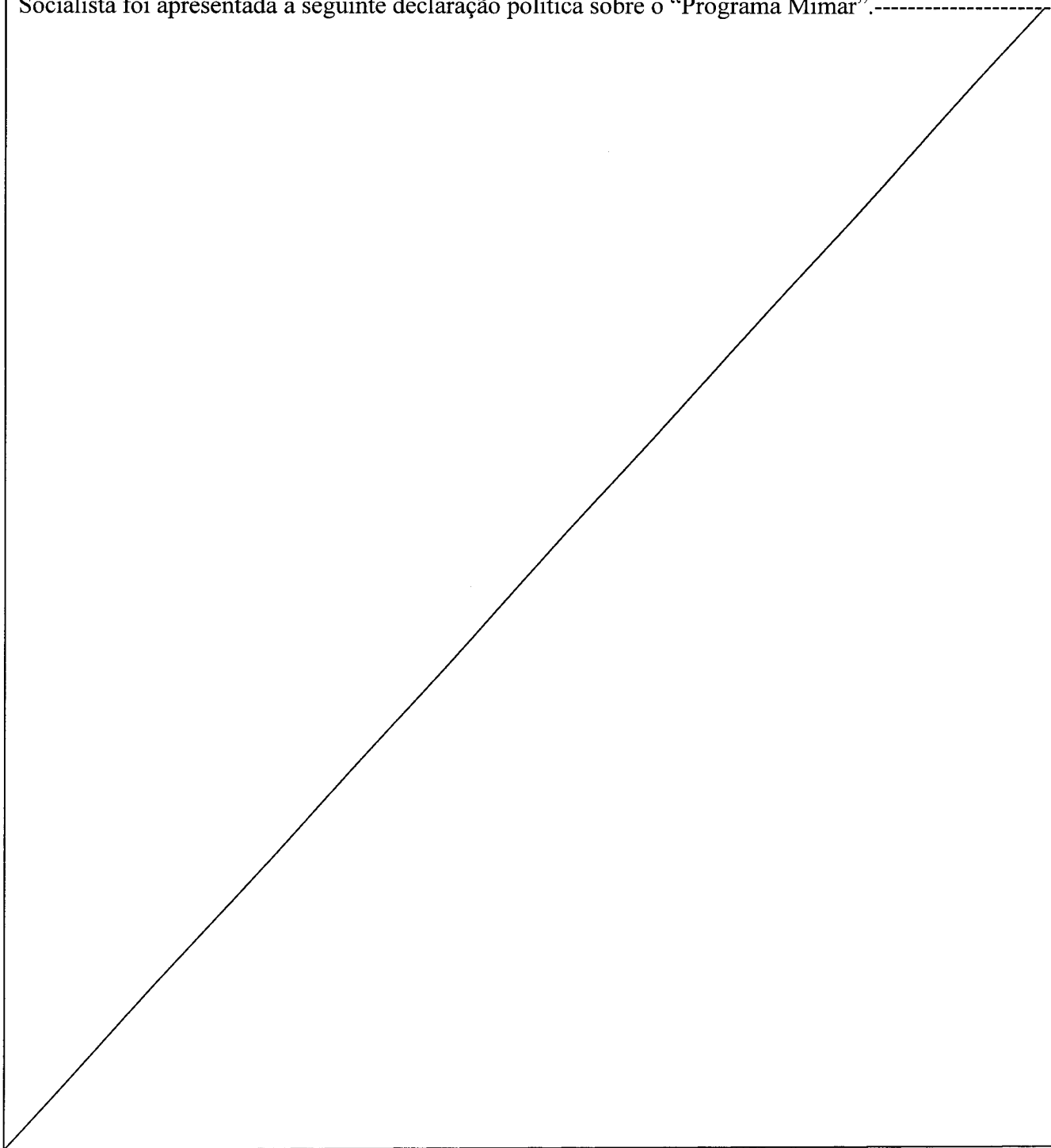
e) O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o voto de pesar, cujo teor e fundamentação consta da subsequente folha.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Ana Catarina Neto Moreira.-----





f) Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração política sobre o “Programa Mimar”.-----



Declaração Política

Programa Mimar

A

O programa Mimar resulta de um compromisso eleitoral assumido pelos edis eleitos nas listas do Partido Socialista. A implementação deste programa de uma forma tão célere só foi possível graças a colaboração de todas as entidades envolvidas e de um grande esforço e dedicação por parte dos colaboradores da divisão de educação.

Com este programa Santo Tirso afirma-se novamente no panorama nacional como um dos concelhos pioneiros neste tipo de iniciativas.

O programa Mimar contou com três edições neste ano letivo, tendo ocorrido nas interrupções letivas do Natal, da Páscoa e em Junho, dirigido às crianças do primeiro ciclo das escolas da rede pública. Decorreu em duas semanas completas por interrupção letiva e recebeu a designação de Mimar Natal, Mimar Páscoa e Mimar Verão.

A excelência deste programa deve-se à ocupação saudável dos alunos, pela riqueza e diversidade das suas atividades e das experiências que promove, favorecendo o crescimento saudável e o enriquecimento pedagógico e cultural das nossas crianças.

As atividades do Programa Mimar inserem-se num vasto leque de áreas, nomeadamente desporto (dos quais se destacam karaté, dança, golfe, atividades radicais, jogos tradicionais), ciências, artes plásticas, pintura, música, culinária, cinema, ambiente, sem esquecer a vertente histórica e cultural, com as visitas ao património cultural, religioso e ambiental do nosso concelho.

O Programa Mimar distingue-se ainda pela interação com a comunidade, envolvendo empresários e instituições sociais e da proteção civil, desenvolvendo atividades de sensibilização social e promovendo visitas para um conhecimento mais aprofundado da comunidade envolvente. Por outro lado, promove um saudável intercâmbio entre escolas, em que as crianças conhecem outros alunos, da mesma idade, de escolas vizinhas.

No Programa Mimar de Verão foi ainda proporcionada a ida à praia, com a salvaguarda de todas as condições de segurança exigidas, com a oferta de atividades desportivas orientadas por uma equipa de profissionais especializados e com ações de sensibilização, para a proteção da pele à exposição solar excessiva, dinamizadas por voluntários da Cruz Vermelha Portuguesa.

Este programa tem o mérito de favorecer a igualdade de oportunidades, sendo gratuito e não descurando a vertente social, ao manter as refeições pagas para os alunos carenciados.

Esta iniciativa representou um investimento global por parte da autarquia de 200 mil euros.



A

9

g) Também pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração, sobre as Festas de S. Bento.-----

FESTAS DE S. BENTO

A edição de 2014 das Festas S. Bento vai ter, pela primeira vez, um arraial destinado ao público mais jovem, no Largo Coronel Baptista Coelho, e ficará marcada pelos concertos ao vivo de Zé Amaro, Richie Campbell e David Fonseca. As Festas S. Bento 2014 arrancam dia 10 de julho e terminam dia 13, com a já tradicional Noite de Fados, no Largo Abade Pedrosa.

As Festas S. Bento mantêm o cariz religioso que lhe deram fama, mas aliam, de forma harmoniosa, o popular e o tradicional, bem patente na presença, logo no arranque das festividades, dia 10 de julho, quinta-feira, de todos os oito grupos de bombos do concelho, para um desfile pela cidade com o objetivo de promover as tradições de Santo Tirso.

A intenção é, dar oportunidade a quem é do Município de mostrar o que faz, razão pela qual consta ainda do programa festivo a participação da banda de S. Martinho do Campo "Os Desacordo", que vão atuar dia 12 de julho, sábado, antes de um dos cabeças de cartaz das Festas S. Bento: David Fonseca. A definição do programa também teve em conta a necessidade de divulgar os projetos dos jovens talentos que estão a nascer no concelho.

O arraial "Há Baile no Largo", organizado pela primeira vez no âmbito das Festas S. Bento, vai ter um grande impacto e chamar a juventude às festividades em honra do santo, tornando-as mais interessantes para uma franja da população com uma forte expressão no concelho.

O "Há Baile no Largo" vai ter como palco o Largo Coronel Baptista Coelho, nos dias 10, 11 e 12 de julho, da meia-noite às três da manhã, envolvendo 14 bares de todo o concelho. As "cabins", nome pelo qual é conhecido aquele espaço no centro da cidade, vão ter animação noturna ao ritmo de alguns dos mais conhecidos DJ nacionais, nomeadamente Miguel Rendeiro, dia 10 de julho; Demo, dos Expensive Soul, dia 11; e The Fucking Bastards, dia 12.

Os três dias de arraial vão ser temáticos, com o primeiro a ser dedicado à Noite do Jesuíta, o segundo, à do Bigode e o terceiro e último, à Noite Glow (brilho). Em todas as noites, a Câmara Municipal de Santo Tirso vai oferecer brindes aos participantes. A entrada é livre.

O cartaz foi elaborado a pensar em todos os públicos, nomeadamente nas famílias e nas crianças, que, dia 12 de julho, vão poder usufruir de uma tarde infantil intitulada "Teatro no Parque", desenvolvida pelo grupo de teatro "Os 4 Ventos", no Parque D. Maria II.

A componente desportiva não foi esquecida, sendo integrada no programa das festas, com a Milha Urbana, participada por cerca de mil atletas, e o Concurso de Pesca, na pista do rio Ave.

Outros pontos altos do programa festivo são a peregrinação a S. Bento, que atrai muitos devotos ao concelho, o Encontro de Folclore Ibérico, com a participação da Banda de Gaitas de Celanova, cidade geminada com Santo Tirso, Grupo Folclórico do Rochão, da Madeira, e do Grupo Folclórico de Santiago de Rebordões, e a atuação da Banda de Música da Trofa, no Parque dos Carvalhais.

Santo Tirso, 2014-06-24

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 14 Fl. 34
24 de junho de 2014

A

[Handwritten signature]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----

[A large diagonal line is drawn across the remaining space of the page.]



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24/JUNHO/2014 – ATA Nº 14

ORDEM DO DIA

35

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária da câmara municipal de 11/06/2014
- 2 – Aprovação da ata da reunião extraordinária da câmara municipal realizada no dia 17/06/2014
- 3 – Contrato de Financiamento celebrado entre o município de Santo Tirso e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON2) – Requalificação da Zona Industrial de Fontiscos”: Ratificação
- 4 – Serviço Público de Abastecimento de água no concelho de Santo Tirso: Atualização do tarifário para 2014
- 5 – Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal para 2014 – 8ª Modificação – 1ª revisão ao PPI
- 6 – Extinção dos Serviços Municipalizados de Água Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso – prorrogação do prazo previsto
- 7 – Prestação de caução a favor da EP – Estradas de Portugal, S.A. para execução da obra “Rede de drenagem de águas residuais domésticas na Rua da Varziela - S. Miguel do Couto”
- 8 – Proposta de atribuição de subsídio à União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães - “Semana de Santa Cristina 2014”
- 9 - Proposta de atribuição de subsídio à União de Freguesias de Campo (S. Martinho), S. Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede) – “Festas da Vila”/2014
- 10 – “Programa Mimar” (Verão/2014): Proposta de atribuição de subsídio a diversas Associações de Pais
- 11 – Proposta de atribuição de subsídios a instituições sociais para colónias de férias

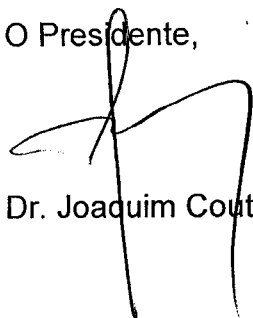


Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

12 – Proposta de atribuição de subsídios para festas e romarias

Santo Tirso, 19 de junho de 2014

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto



A

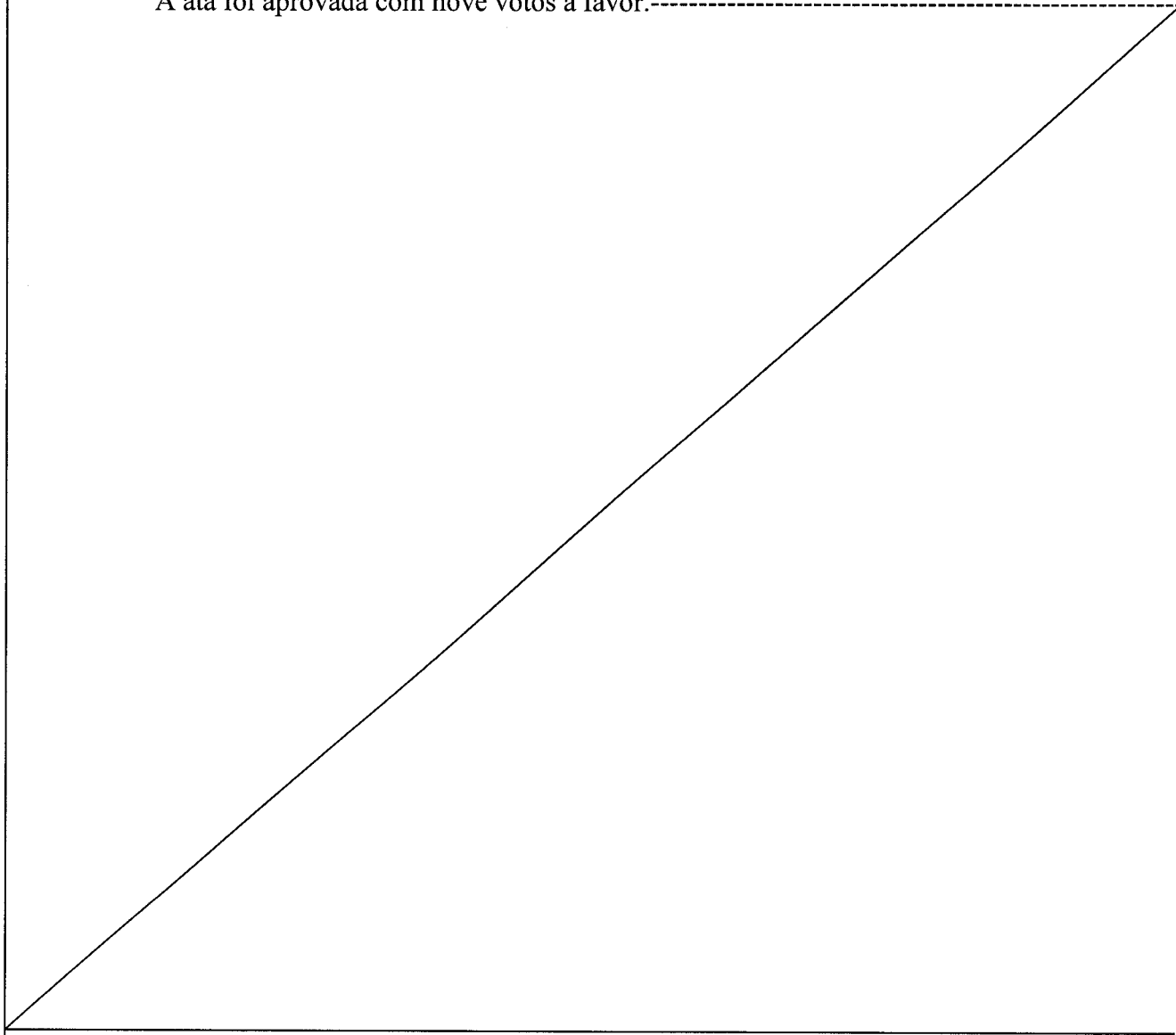
7

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (11/06/2014).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia onze do corrente mês de junho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com nove votos a favor.-----





2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 17/06/2014).-----

Presente a ata da reunião extraordinária realizada no dia dezassete do corrente mês de junho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com nove votos a favor.-----



A

7

3. CONTRATO DE FINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE (ON2) – REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE FONTISCOS”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente ofício da Área Metropolitana do Porto, de onze do corrente mês de junho, registada com o número seis mil quinhentos e oitenta e dois, a comunicar que a candidatura designada “Requalificação da Zona Industrial de Fontiscos” (Processo n.º NORTE-07-0363-FEDER-000037) foi aprovada por deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte, de dezanove de março último, e a remeter o respetivo Contrato de Financiamento.-----

O custo total elegível da operação é de 401.840,00 € (quatrocentos e um mil oitocentos e quarenta euros) com uma participação FEDER de 85% (oitenta e cinco por cento), correspondente ao montante de 341.564,00 € (trezentos e quarenta e um mil quinhentos e sessenta e quatro euros).-----

O município assegura a restante despesa necessária à execução integral da Operação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e ratificasse o aludido Contrato de Financiamento, nos seus precisos termos, que fica anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por dezasseis folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido Contrato de Financiamento.-----



A

77

4. SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO DE SANTO TIRSO: ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO PARA O ANO DE 2014.-----

Presente informação conjunta da diretora delegada dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento de Santo Tirso e da Divisão Jurídica, de dezoito do corrente mês de junho, registada com o número seis mil setecentos e setenta e dois, relativa à atualização do tarifário do serviço de abastecimento de água para o ano de dois mil e catorze, que decorre da 3ª alteração ao respetivo Contrato de Concessão, cuja proposta foi aprovada pela câmara municipal em reunião extraordinária de dezassete do corrente mês de junho e vai ser remetida à sessão ordinária da assembleia municipal do mês em curso.-----

O novo tarifário vigorará a partir da data da entrada em vigor daquela 3ª alteração, a qual se prevê que venha a ocorrer no próximo dia um de julho.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o tarifário para dois mil e catorze, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, para vigorar a partir da data da entrada em vigor da referida 3ª alteração ao contrato de concessão.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi apresentada a contraproposta que consta de folhas quarenta e dois a quarenta e três da presente ata.-----



TARIFÁRIO PARA 2014

a vigorar a partir da data de entrada em vigor da Terceira Alteração do Contrato de Concessão

INDAQUA
SANTO TIPOSO | TROPE

TARIFAS FIXAS (/30 dias)		
(Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)		
Utilizadores Domésticos	diâmetro (mm)	euros/30 dias
	Diâmetro até 25 mm ($\leq 25\text{mm}$)	7,9267
	Diâmetro entre 25 e 30 mm (> 25 e $\leq 30\text{mm}$)	32,0004
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (> 30 e $\leq 50\text{ mm}$)	63,9898
Utilizadores não Domésticos*	Diâmetro entre 50 e 100 mm (> 50 e $\leq 100\text{ mm}$)	88,1939
	Diâmetro até 20 mm ($\leq 20\text{mm}$)	9,6012
	Diâmetro entre 20 e 30 mm (> 20 e $\leq 30\text{mm}$)	32,0004
	Diâmetro entre 30 e 50 mm (> 30 e $\leq 50\text{ mm}$)	63,9898
	Diâmetro entre 50 e 100 mm (> 50 e $\leq 100\text{ mm}$)	88,1939
	Diâmetro entre 100 e 300 mm (> 100 e $\leq 300\text{ mm}$)	127,9797
	Diâmetro acima de 300 mm ($> 300\text{ mm}$)	255,9484
TARIFAS VARIÁVEIS (/m ³)		
(Valores sujeitos a IVA taxa reduzida - 6%)		
Utilizadores Domésticos	Escalões (m ³ /30 dias)	euros/m ³
	1º Escalão - 0 a 5 m ³	0,9211
	2º Escalão - 6 a 15 m ³	1,4680
	3º Escalão - 16 a 25 m ³	2,9044
Utilizadores não domésticos	4º Escalão - superior a 25 m ³	4,0320
	Escalão Único	2,9044
Autarquias e Instituições	Escalão Único	1,2788
Grandes Utilizadores	1º Escalão - 0 a 1.500 m ³	2,9044
	2º Escalão - 1.500 a 3.000 m ³	1,2789
	3º Escalão - 3.000 a 10.000 m ³	1,0233
	4º Escalão - 10.000 a 30.000 m ³	0,8233
	5º Escalão - superior a 30.000 m ³	a definir caso a caso
TARIFAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
(Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)		euros
Encargos com aviso de corte		custo com envio do aviso registado
Incumprimento de prazo de pagamento (valor isento de IVA)		3,7187
Suspensão e reinício da ligação por incumprimento do utilizador		63,9898
Suspensão da ligação a pedido do utilizador		44,7874
Verificação do contador a pedido do utilizador**		63,9898
Ligação para fornecimentos provisórios		mediante orçamento
Abertura e fecho de água a pedido do utilizador		51,1919
Leitura extraordinária a pedido do utilizador		12,7980
Análise de projectos de obras particulares - emissão de parecer		102,3837
Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização		83,1922
Vistoria a sistema predial de águas a pedido do utilizador		127,9797
Água avulso - por metro cúbico (IVA taxa reduzida - 6%)		4,5559
Mudança de local do contador (quando o contador já está no limite da propriedade)		mediante orçamento
Mudança de local do contador de dentro da habitação para o limite da propriedade (colocação da caixa do contador a cargo do consumidor)		gratuito
RAMAIS DOMICILIÁRIOS		
(Valores sujeitos a IVA taxa normal - 23%)		euros / metro
Acima de 20 metros de extensão, por metro adicional		63,9898
Ramais da responsabilidade de terceiros		mediante orçamento
Alteração de ramal		mediante orçamento
CAUÇÕES		
(Valores isentos de IVA)		euros
Caução para religação após incumprimento ***		4 x Cmm****
Caução para utilizadores não domésticos		163,1007
Caução para ligações provisórias		271,8345

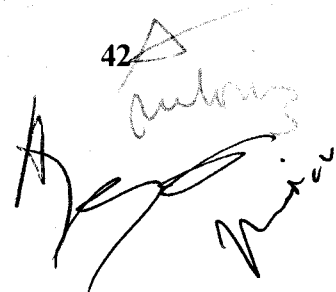
* inclui Autarquias e Instituições

** esta tarifa é devolvida ao utilizador caso se venha a comprovar que existe efetivamente funcionamento irregular do contador que prejudique o utilizador

*** apenas em caso de restabelecimento e desde que o consumidor opte por não pagar por transferência bancária

**** Encargo com o consumo médio mensal do cliente, ou de cliente com idêntica tipologia, registado nos últimos 12 meses (Despacho n.º 4185/2009 - 2.ª série).

Ponto 4 da Ordem do Dia



Considerando que:

O tarifário introduzido pela Indáqua há vários anos e sucessivamente aprovado pelo executivo camarário, remeteu Santo Tirso para os primeiros lugares dos concelhos onde este bem essencial, como é o caso da água, é dos mais caros;

Além disso, durante vários anos os Tirsenses tiveram que suportar dos mais elevados custos com a ligação aos ramais;

O contrato de concessão da rede pública de água, negociado e rubricado em 1998/99 pelo atual presidente da câmara Joaquim Couto, incluiu cláusulas de proteção do risco para o concessionário (Indáqua), e carregou para o município e para os Tirsenses, como aliás denunciou o tribunal de contas, todos os riscos. Trata-se por isso de um contrato blindado, que impede alterações que interfiram com o chamado "reequilíbrio financeiro do concessionário";

A ex-presidente e o atual presidente da câmara da Trofa, afirmaram que estavam legalmente impedidos de alterar as condições do contrato de concessão da rede pública de água, que consideram fortemente penalizador os interesses do concelho e dos consumidores;

As alterações propostas ao tarifário para 2014 e o eventual decréscimo para os anos seguintes, decorre do facto do concessionário ver aprovada a candidatura a fundos comunitários para infraestruturar uma parte do concelho, que como já anteriormente afirmados, deveria ter sido concluída até ao final do primeiro semestre de 2007;

O município de Santo Tirso, mesmo com as melhores perspectivas, continuará a pagar a água mais cara, quando compararmos com os concelhos que entregarem a concessão à Indáqua (Matosinhos, Vila da Feira, Vila do Conde e Fafe, e também quando comparada com concelhos com quem fazemos fronteira;

Os custos com água deve ser encarado com uma questão social;

Os vereadores eleitos nas listas do PSD-PPM, apresentam a seguinte proposta:

- Sejam aprovados os tarifários propostos neste ponto da ordem de trabalhos
- Seja introduzida a Tarifa Social da Água, beneficiando as famílias carenciadas e aos agregados que usufruam do RSI, com a seguinte alteração nos escalões respeitante às tarifas variáveis:

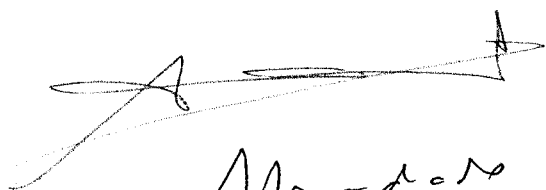
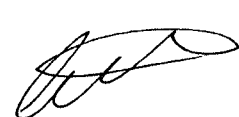
1 - Preço por metro cúbico (m³) – consumo doméstico

- 1.º Escalão 1 a 10 m³
- 2.º Escalão 11 a 20 m³
- 3.º Escalão 21 a 40 m³
- 4.º Escalão superior a 40 m³

2 – Isenção da tarifa de disponibilidade

- **No que respeita às Famílias Numerosas (famílias com três ou mais dependentes):** Os escalões sejam aumentados em 3m³ por mês por cada elemento adicional do agregado familiar (ex: 5 elementos corresponde a mais 3m³, 6 elementos corresponde a mais 6m³, e assim sucessivamente).

Santo Tirso, 24 de junho de 2014


M. do R.
Mafalda R. M.




A

7

A proposta apresentada pelo senhor presidente da câmara foi designada por Proposta A e a proposta apresentada pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi designada por Proposta B. Procedeu-se à votação em alternativa das duas propostas, tendo-se verificado cinco votos a favor da proposta A e quatro votos a favor da proposta B.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores eleitos na lista do Partido Socialista Democrata subscreveram a proposta que apresentaram por várias ordens de razão. Mantêm na sua proposta a atualização do tarifário que resultou da negociação com a concessionária e que decorre de uma candidatura por esta aprovada para infraestruturar uma zona do concelho que deveria estar concluída no primeiro semestre de dois mil e sete e executada com capitais próprios da concessionária.-----

O que significa que não existe qualquer esforço financeiro da Indaqua. Os Vereadores do Partido Social Democrata sempre encararam a água como uma questão social e por isso lamentam ver hoje recusada a sua proposta que introduzia um princípio diferenciador a que chamamos tarifa social, que aliás muitos concelhos, e bem, têm adotado. Além disso um concelho, que mesmo com esta redução, que ronda os 0,02 décimos, não tem qualquer expressão nem impacto no custo da água, era absolutamente indispensável alargar os escalões nomeadamente às famílias carenciadas.-----

Por último os vereadores do Partido Social Democrata entendem que não basta propagandear a coesão social e que é preciso tomar medidas transversais, que efetivamente a materializem. Lamentamos que os senhores vereadores eleitos na lista do Partido Socialista não tenham esta sensibilidade”.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

Declaração de VotoProposta de Tarifário da Água.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista têm vindo ao longo do mandato a cumprir as propostas apresentadas aos Tirsenses na campanha eleitoral.

A redução do tarifário da água, a redução da participação do Município na receita de IRS, a redução de IMI, a redução da derrama e a criação dos tarifários sociais no saneamento e na recolha de resíduos, representam de uma forma inequívoca a aposta deste executivo na coesão social.

Todo este esforço financeiro assumido pela autarquia é realizado de uma forma sustentável, tendo sempre presente que o equilíbrio das contas é essencial para assegurar o futuro do nosso Município.

Esta redução é possível fruto de uma candidatura ao POVT, esta candidatura previa 3 conjuntos de investimentos, mas apenas 1 foi aprovado, apesar de todos os esforços desenvolvidos pelo Município junto das respectivas instâncias.

Este novo cenário de aprovação da candidatura permite uma redução do tarifário para 2014 que, de outro modo, não seria possível.

Não é correto politicamente, comparar o incomparável quando falamos de tarifário. É preciso ter em conta os investimentos, a dispersão do território e outros fatores para podermos com rigor comparar as várias situações que existem no País.

Pelo acima exposto, os edis eleitos nas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a proposta atualização do tarifário da água para 2014.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista

24-06-2014



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

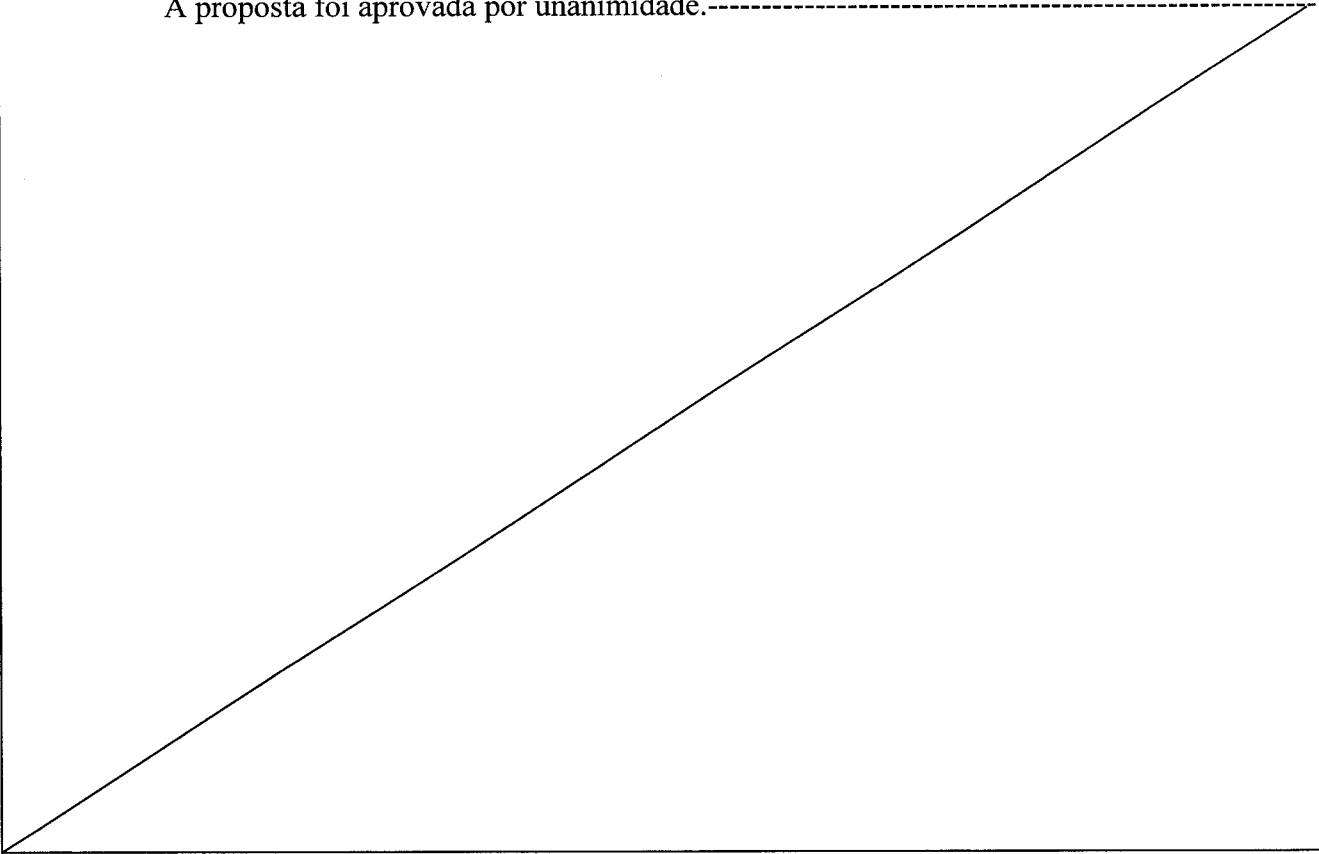
**5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL
PARA 2014 – 8ª MODIFICAÇÃO – 1ª REVISÃO AO PPI.-----**

Presente informação da Divisão de Finanças e Compras, de vinte e três do corrente mês de junho, registada com o número seis mil oitocentos e cinquenta e nove, a remeter proposta de 8ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal para 2014, que consiste na 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que tem lugar pelas razões referidas na mesma informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas, a referida revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, de harmonia com o previsto no artigo 25º, n.º 1 alínea a) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da referida revisão ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

47

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

MODIFICAÇÃO N.º 8

REVISÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS N.º1

junho 2014

ENTIDADE

CM S TIRSO

MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 8

DO ANO CONTABILÍSTICO: 2014

REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS

NÚMERO: 1

DATA DE APROVAÇÃO

48

A

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIACÃO +/-)								DOTAÇÃO SEGUINTE								
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO				ANOS SEGUINTE				ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE				
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	2016	2017	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	2016	2017	SEGUINTE			
2.		Funções sociais			1.787.454,47	1.787.454,47		1.661.900,00							1.787.454,47	1.787.454,47		661.900,00	1000000,00					
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos			1.787.454,47	1.787.454,47		1.661.900,00							1.787.454,47	1.787.454,47		661.900,00	1000000,00					
2.5.1.		Cultura			1.787.454,47	1.787.454,47		1.661.900,00							1.787.454,47	1.787.454,47		661.900,00	1000000,00					
2.5.1. 04	2007 I 72	MUSEU INTERNACIONAL ESCULTURA CONTEMPORÂNEA E MUSEU ABADE PEDROSA	DPA/DOM	02 070115	1.787.454,47	1.787.454,47		1.661.900,00							1.787.454,47	1.787.454,47		661.900,00	1000000,00					
TOTAL ...					1.787.454,47	1.787.454,47		1.661.900,00							1.787.454,47	1.787.454,47		661.900,00	1000000,00					

DETALHE DAS MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS								
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	DETALHE DA MODIFICAÇÃO					
			Dados anteriores			Dados actuais		
			Período	Fontes de Financiamento			Período	Fontes de Financiamento
AC	AA	PC		AC	AA	PC		
2.5.1. 04	2007 I 72	MUSEU INTERNACIONAL ESCULTURA CONTEMPORÂNEA E MUSEU ABADE PEDROSA		100.00			33.00	67.00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____



6. EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELETRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PREVISTO.-----

Presente a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, de dezoito do corrente mês de junho, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes seis folhas, na qual se propõe que a extinção daqueles Serviços Municipalizados, aprovada por deliberação da assembleia municipal de vinte e sete de junho de dois mil e treze, produza efeitos a partir de um de janeiro de dois mil e quinze, havendo assim coincidência entre a extinção dos SMAES e o final do ano civil/económico em curso.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, face à fundamentação constante da aludida deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade de Saneamento de Santo Tirso, deliberasse propor à assembleia municipal que delibere prorrogar o prazo previsto para a produção de efeitos da decisão de extinção dos serviços municipalizados, que passará a produzir efeitos a partir de um de janeiro de dois mil e quinze.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

50

Ag. J. M.

ATA n.º 12

18 junho 2014

Fg/11

2 - Arranque da exploração e gestão do Sistema de Águas da Região do Noroeste – Extinção dos

Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso-----

Presente a reunião do conselho de administração dos Serviços Municipalizados, a informação técnica prestada pela Sr.ª Eng.ª Ana Maria Sousa, em 17 de Junho de 2014, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e que faz parte integrante desta deliberação.-----

Considerando que, a extinção dos SMAES em 30 de junho de 2014 porá em risco a prestação de serviços públicos essenciais aos cidadãos,-----

Considerando a necessidade imprescindível de prestar apoio direto à Parceria pelos Serviços Municipalizados de Santo Tirso, que de acordo com o previsto no contrato, poderá atingir os 6 meses,---

Considerando que, em termos contabilísticos, há vantagens que a extinção dos SMAES seja coincidente com o final do ano civil, nomeadamente, para efeitos de consolidação das contas e transferência de fluxos financeiros.-----

O CA delibera propor à Câmara Municipal que a extinção dos SMAES produza efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2015.-----

Mais delibera, que após aprovação da presente proposta, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 18.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, seja dado conhecimento da alteração da decisão de extinção anteriormente tomada, às entidades competentes, nomeadamente Direção Geral das Autarquias Locais, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, Tribunal de Contas.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Serviços Municipalizados

Rua Dr. José Cardoso Miranda, 18
Apartado 30
4784-909 SANTO TIRSO

Tels. +351 252 856 345
+351 252 830 400
Fax +351 856 473
Smaes.tirso@vianw.pt
www.cm-stirso.pt

51
ATA n.º 92
08 junho 2014
FS/M

Tipo de Documento

Registo N.º

Data de Entrada

Origem

Externo

N.º 6235

05/06/2014

Águas do
Noroeste, S.A.

Assunto Arranque da Exploração e Gestão do Sistema de Águas da Região do
Noroeste

DESPACHO

17/06/2014

A Administradora Delegada

Ana Maria Moreira Ferreira (Eng.ª)

Informação Superior

17/06/2014

A Directora Delegada

Ana Maria Sousa (Eng.ª)

SUBMETO A PRESENTE INFORMAÇÃO À CONSIDERAÇÃO DA
S.ª ADMINISTRADORA DELEGADA, SUGERINDO QUE A MESMA
SEJA SUBMETIDA À REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INFORMAÇÃO

O Técnico

Ana Maria Sousa (Eng.ª)

1- A empresa Águas do Noroeste, S.A., através do documento registado com o n.º 623 de 2014/06/05, remeteu a este município a mensagem fax do Tribunal de Contas n.º 917/2014-DECOP, datada de 02/06/2013, processo 1724/2013, que contém em anexo a comunicação da decisão do Tribunal de Contas, relativa ao Contrato de Parceria, remetida ao município de Amarante, interlocutor do conjunto dos municípios aderentes à Parceria.

2- Conforme documento anexo, verifica-se que o Tribunal de Contas, com base no disposto no n.º 1 do artigo 85º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto considera tacitamente visado o processo do contrato de parceria, outorgado entre o Estado Português e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, para a constituição do sistema de Águas da Região do Noroeste e atribuição, em exclusividade, à Águas do Noroeste, S. A., da exploração e gestão dos serviços de água para consumo público e a recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Serviços Municipalizados

Rua Dr. José Cardoso Miranda, 18
Apartado 30
4784-909 SANTO TIRSO

Tels. +351 252 856 345
+351 252 830 400
Fax +351 856 473
Smaes.tirso@vianw.pt
www.cm-stiros.pt

52
2/5
ATA n.º 12
18 junho 2014
F6/H1

finais.

3- Verifica-se que entre a data de entrega do processo no Tribunal de Contas e a data de remessa da decisão, decorreram 194 dias (6,5 meses). Este período de tempo provocará consequentemente um adiamento da data do arranque efetivo da gestão e exploração do Sistema de Águas da Região do Noroeste, por parte da Águas do Noroeste, sendo previsível que tal não venha a ocorrer antes do próximo mês de Setembro de 2014.

4- Encontra-se ainda em falta o despacho de nomeação da Comissão de Parceria; a aprovação da convergência tarifária e o visto à participação da Águas de Portugal no capital social da empresa Águas do Noroeste, S.A. (dependente de um despacho do Governo).

5- Em consequência do exposto, verifica-se que:

5 a) Será necessário assegurar o serviço público de águas residuais, enquanto a empresa Águas do Noroeste, S.A. não iniciar a atividade "em baixa" atribuída pelo Contrato de Parceria.

5 b) Há necessidade de prestar apoio direto à Parceria no período de transição, que de acordo com o previsto no contrato, poderá atingir os 6 meses. Pois, haverá entre outras, a necessidade de validar e caracterizar rotinas dos municípios, de planear e efetuar a migração das bases de dados para arranque do sistema de Águas da Região do Noroeste.

6- Tendo presente a deliberação do Conselho de Administração dos SMAES de 12 de Dezembro de 2013, nomeadamente ata n.º 25 F3/13, sobre o assunto em epígrafe, e a deliberação da assembleia municipal de 20/12/2013, ata n.º 7 F107, que decidiu que a extinção dos SMAES produzisse efeitos a partir de 30 de Junho de 2013, submete-se à consideração superior a presente informação, para os devidos efeitos.

2014/06/04

D.L.A. 4

Eng. Am. Martins Soares

F7/M

L. J. N.

GAP

De:

Enviado:

Para:

Cc:

Assunto:

Anexos:

Importância:

Martins Soares <martins.soares@adnoroeste.pt>

quarta-feira, 4 de Junho de 2014 12:34

presidente@cm-amarante.pt; presidente@cm-arouca.pt; jlcarneiro@cm-baião.pt; joaquimms@mun-celorigodebasto.pt; armando.mourisco@cm-cinfaes.pt; gap@cm-fafe.pt; GAP; sergio.humberto@mun-trofa.pt

fernandopeixoto@mun-celorigodebasto.pt; mariajsantos@mun-celorigodebasto.pt; 'helenal.lemos@cm-fafe.pt; albertina.figueiredo@cm-baião.pt; joaobarbosa@cm-baião.pt; norberto.castro@cm-arouca.pt; luis.sequeira@cm-cinfaes.pt; anamaria.sm@vianw.pt; adm@trofaguas.pt; sergiocunha@cm-amarante.pt; zita.formoso@mun-trofa.pt; Júlia Nunes

AdNoroeste | Parceria | Fax do Tribunal de Contas com Visto Tácito

Fax TC_Amarante_2Jun2014.pdf

Alta

C. M. St.º Tirso

Nº 6235 Data: 2014/06/04

Caros Presidentes,

Envio para conhecimento em Anexo a "comunicação formal" do Tribunal de Contas onde dá conta do visto tácito relativo à Parceria.

Entre a data de entrega do processo no Tribunal de Contas e data de envio da decisão decorreram 194 dias (6,5 meses).

Fica a faltar o Despacho de nomeação da Comissão de Parceria e a aprovação da convergência tarifária por aquela Comissão.

O visto prévio relativo à participação da AdP no capital social da AdNoroeste (que está dependente de um Despacho do Governo) não foi ainda obtido, mas esse processo não impede o arranque da atividade da Parceria.

Aproveito para informar que dentro de dias será convocada uma reunião de todos os Parceiros para um ponto de situação relativamente a esta matéria.

Com os melhores cumprimentos,

Martins Soares

Presidente

Administração



54
ATA nº 12
18 junho 2014
F8M1
4/5
Lms

Lugar de Gáido - Barcelos | 4755-045 Areias de Vilar | Tel: +351 253 919 020 | Fax: +351 253 919 029 | www.adnoroeste.pt

Tenha uma EcoAtitude. Imprima este e-mail apenas se necessário.

Esta mensagem e os ficheiros anexos podem conter informação confidencial ou reservada. Se, por engano, receber esta mensagem, solicita-se que informe de imediato o remetente e que elimine a mensagem e ficheiros anexos sem os reproduzir.

This message and any files herewith attached may contain confidential or privileged information. If you receive this message in error, please notify us immediately and delete this message and any files attached without copying them in any way.

2.JUN.2014 16:15 TRIBUNAL CONTAS VISTO

NO.621 P.1/1



Tribunal de Contas

Direção-Geral

Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

Entrada Ext. 10282/2014
03-06-2014

AUGUSTO 2014
Linha: (21) 793 60 48/9
Fax: (21) 7951594
E-Mail: geral@tcontas.pt
www.tcontas.pt

Mensagem Fax n.º 917/2014-DECOP

Para: Município de Amarante	Fax nº:
De: DEPARTAMENTO DE CONTROLO PRÉVIO	Data: 2/06/2013
Nº de páginas (incluindo a capa): 1	Processo: 1724/2013
Assunto: Contrato de parceria entre o Estado Português e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa para a constituição do Sistema de Águas da Região do Noroeste e atribuição, em exclusividade, à Águas do Noroeste, SA, da exploração e gestão dos serviços de água para consumo público e a recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores finais. ADP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	
Mensagem: Informamos V. Exa. de que relativamente ao processo em epígrafe decorreu o prazo a que se refere o nº 1 do artigo 85º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto sem que tenha sido proferida qualquer decisão, pelo que o mesmo se deve considerar tacitamente visado. Mais se informa que o processo será posteriormente devolvido a esses Serviços. Com os melhores cumprimentos, A AUDITORA-COORDENADORA, Ana Luísa Nunes	



A

77

7. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO A FAVOR DA EP – ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A. PARA EXECUÇÃO DA OBRA “REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NA RUA DA VARZIELA - S. MIGUEL DO COUTO”.-----

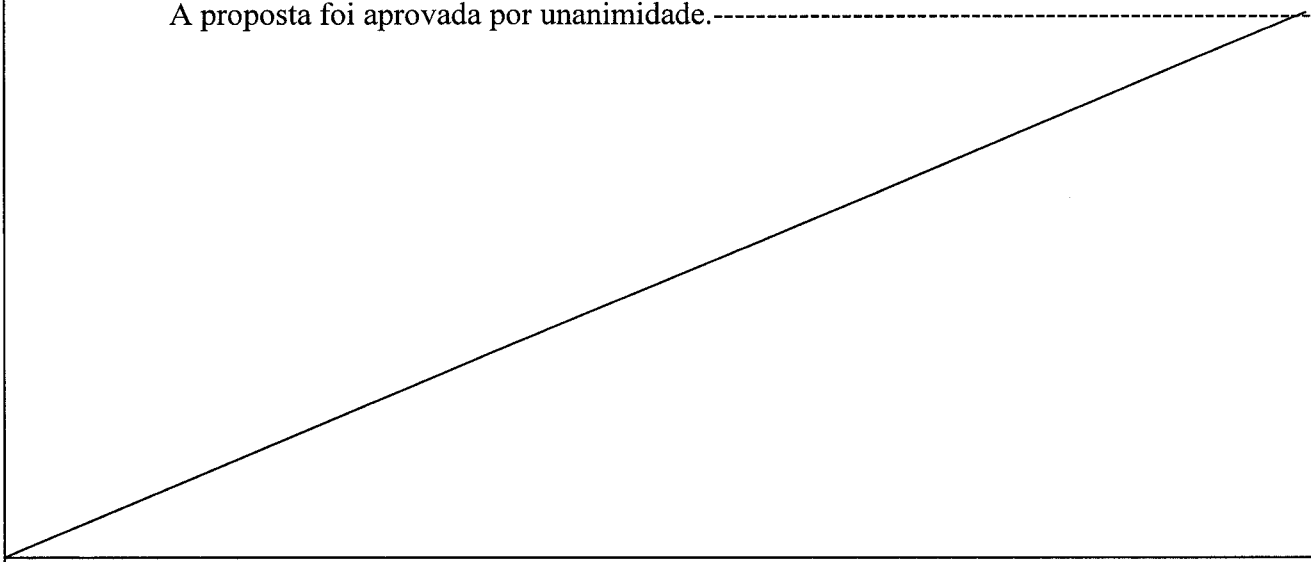
Presente ofício da EP – Estradas de Portugal, S.A., de vinte de maio findo, registado com o número cinco mil seiscientos e oitenta e dois, a comunicar a intenção de aprovação do projeto denominado “Abertura de vala transversal para instalação de rede de drenagem de águas residuais domésticas” e a solicitar a prestação de uma caução no montante de 1.000,00 € (mil euros) destinada a caucionar a reparação de quaisquer danos que, direta ou indiretamente, possam vir a resultar para a zona de estrada, para a propriedade do Estado e dos particulares, decorrentes de execução da respetiva obra.-----

O assunto foi informado pela Divisão Jurídica, conforme informação de dezasseis do corrente mês de junho, registada com o número seis mil oitocentos e quatro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara deliberasse prestar uma caução no montante de 1.000,00 € (mil euros) a favor da E.P. – Estradas de Portugal, S.A., a prestar através de depósito em dinheiro.-----

O compromisso inerente ficou registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 1590/2014, de onze do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





A
7

8. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTO TIRSO, COUTO (SANTA CRISTINA E S. MIGUEL) E BURGÃES - “SEMANA DE SANTA CRISTINA 2014” .-----

Presente ofício de oito de maio findo, da junta da União de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, registado com o número quatro mil novecentos e seis, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com a realização do evento denominado “Semana de Santa Cristina 2014”, que teve lugar de trinta e um de maio findo a oito do corrente mês de junho.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia União de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães um subsidio no montante de 1.000,00 € (mil euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1516/2014, e remeter a presente deliberação à próxima sessão ordinária da assembleia municipal para ratificação, face à competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 1682/2014, de vinte do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A

↗

9. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE CAMPO (S. MARTINHO), S. SALVADOR DO CAMPO E NEGRELOS (S. MAMEDE) – “FESTAS DA VILA” / 2014.-----

Presente ofício de onze do corrente mês de junho, da junta de freguesia de União de Freguesias de Campo (S. Martinho), S. Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede), registado com o número seis mil seiscientos e trinta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 17º aniversário da elevação à categoria de Vila da povoação de S. Martinho do Campo, que se realizaram no dia vinte do corrente mês de junho.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à junta de freguesia de União de Freguesias de Campo (S. Martinho), S. Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede) um subsídio no montante de 1.000,00 € (mil euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1516/2014, e remeter a presente deliberação à próxima sessão ordinária da assembleia municipal para ratificação, face à competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade com o número 1682/2014, de vinte do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votam favoravelmente os pontos oito e nove – atribuição de subsídios às juntas União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel), e Burgães e União de Freguesias de Campo (S. Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede) porque concordam que na sua essência a atividade cultural deve ser apoiada pelo município. No entanto entendem que é fundamental desencadear um processo de negociação, para que não se trate de forma igual aquilo que é diferente”.-----



A

7

10. “PROGRAMA MIMAR” (VERÃO/2014): PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A DIVERSAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS.-----

Presente informação de dezoito do corrente mês de junho, da divisão de educação, registada com o número seis mil oitocentos e seis, a sugerir a atribuição de subsídios às Associações de Pais abaixo identificadas, para ajudar a custear as despesas com o desenvolvimento das atividades relativas ao “Programa Mimar” (Verão 2014), nomeadamente com a contratação de orientadores técnicos para as diferentes áreas temáticas.-----

Os subsídios a atribuir, no montante global de 29.100,00 € (vinte e nove mil e cem euros), serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1517/2014.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 2 do artigo 23º da alínea n) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir os seguintes subsídios:-----

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância das Fontainhas-----
-----4.600,00 €
(quatro mil e seiscentos euros).-----

Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola C+S de S. Martinho do Campo e Área Pedagógica Periférica-----6.400,00 €
(seis mil e quatrocentos euros).-----

Associação de Pais de Encarregados de Educação da Escola Preparatória São Rosendo-----
-----13.500,00 €
(treze mil e quinhentos euros).-----

Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos-----4.600,00 €
(quatro mil e seiscentos euros).-----

Os compromissos decorrentes da presente deliberação estão registados no sistema de

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

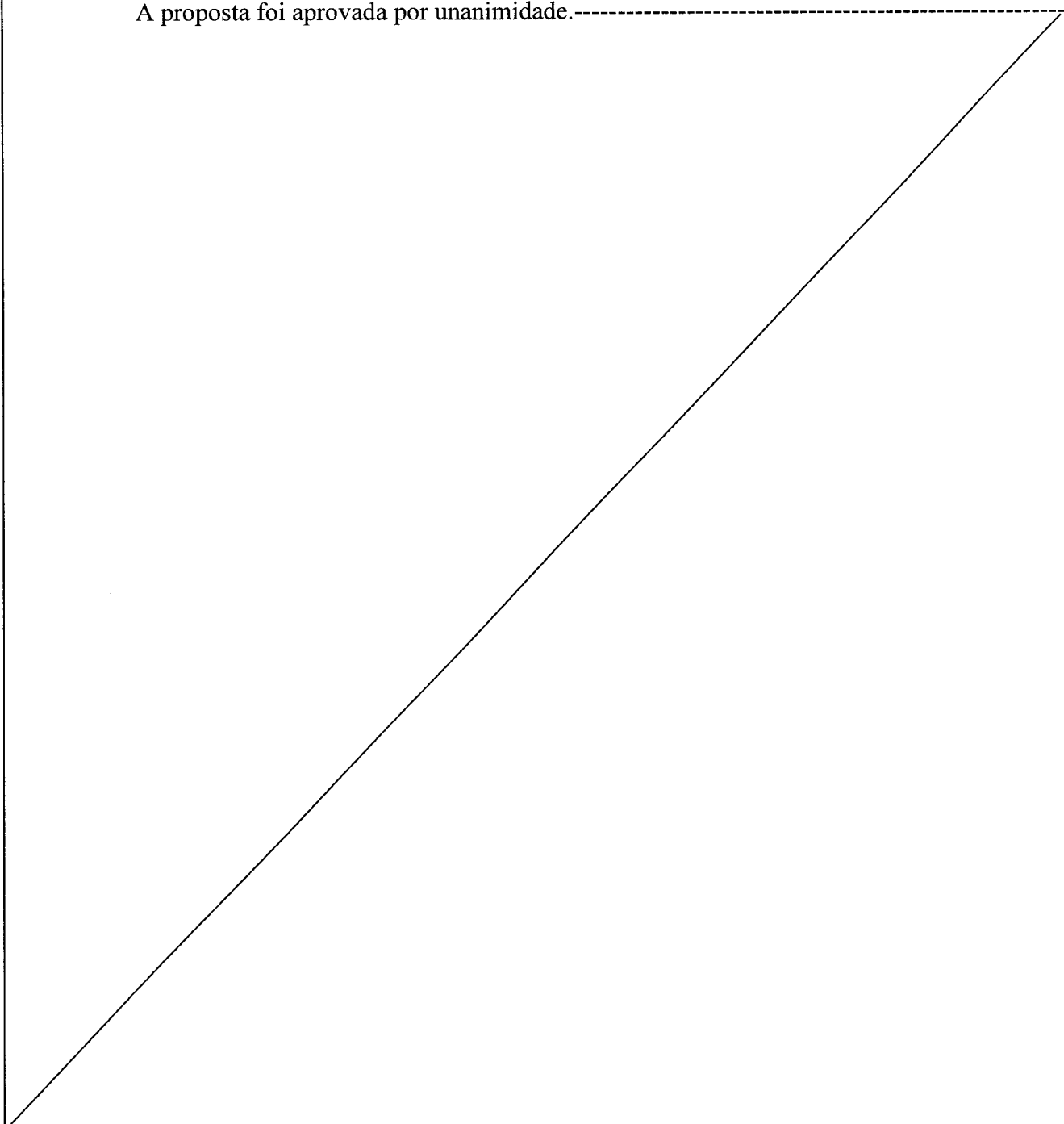
Ata N.º 14 Fl. 60
24 de junho de 2014

A

7

contabilidade, conforme documentos números 1683/2014, 1684/2014, 1685/2014 e 1686/2014, de vinte do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





A

17

11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A INSTITUIÇÕES SOCIAIS PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS.

Presente informação da divisão de ação social, de treze do corrente mês de junho, registada com o número seis mil oitocentos e cinco, a sugerir a atribuição de subsídios às Instituições Particulares de Solidariedade Social a seguir identificadas para ajudar a custear as despesas com a realização da colónia de férias para crianças e idosos.

O senhor presidente da câmara propôs que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir os subsídios a seguir referidos, no montante total de 5.125,00 € (cinco mil cento e vinte e cinco euros) para ajudar a custear as despesas com a realização de colónias de férias.

- Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe-----960,00 €
(novecentos e sessenta euros).
- Centro de Acção Social de Acolhimento à Terceira Idade de Roriz-----320,00 €
(trezentos e vinte euros).
- Associação de Infantários de São Tomé de Negrelos-----1.392,00 €
(mil trezentos e noventa e dois euros).
- Centro Social de Burgães-----295,00 €
(duzentos e noventa e cinco euros).
- Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso-----507,00 €
(quinhentos e sete euros).
- Centro de Ocupação de Tempos Livres de Santo Tirso-----1.170,00 €
(mil cento e setenta euros).
- Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso-----481,00 €
(quatrocentos e oitenta e um euros).



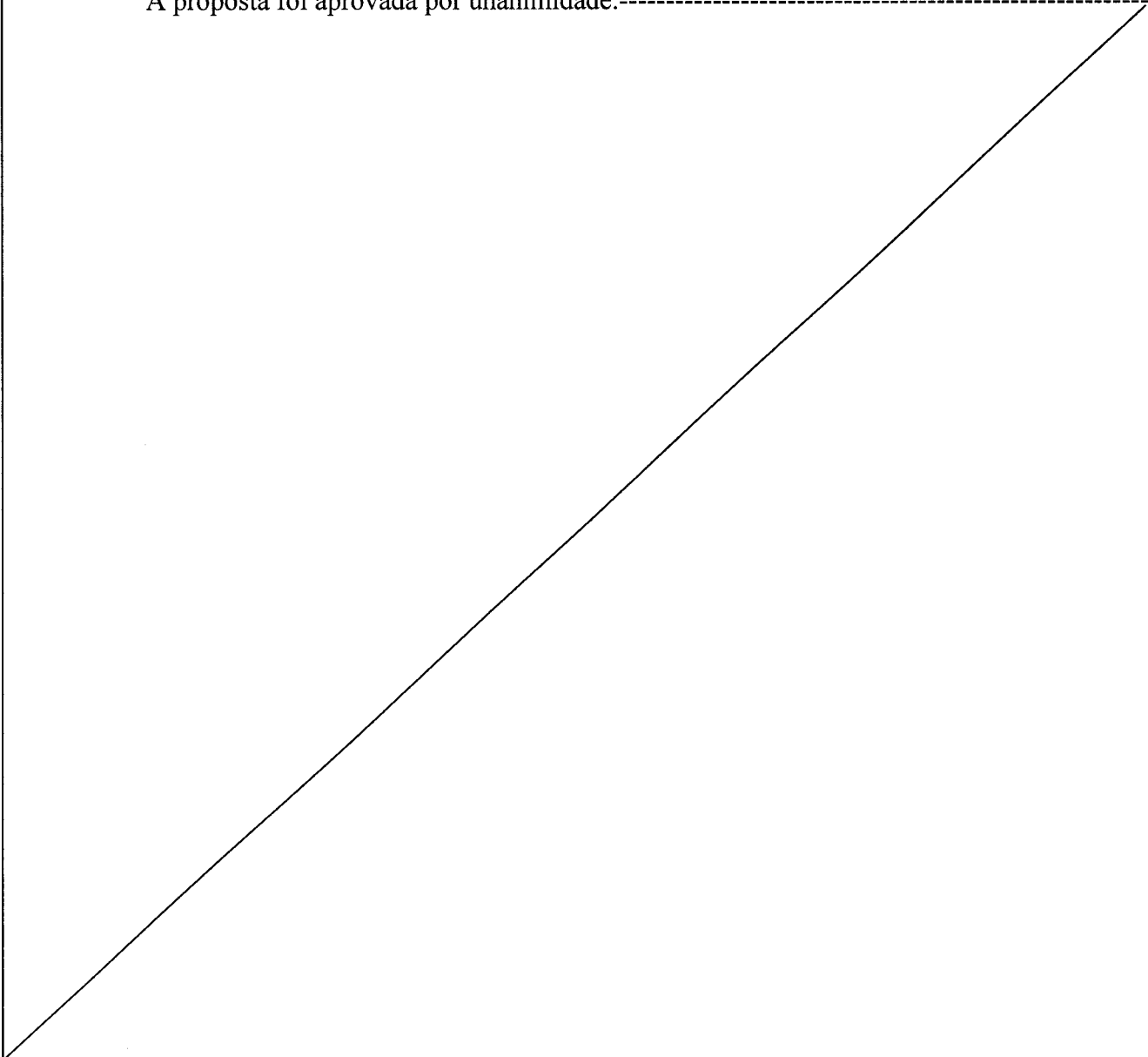
A

7

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1549/2014.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade, conforme documentos números 1715/2014 a 1721/2014 de vinte e quatro do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





A

7

**12. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA FESTAS E ROMARIAS –
COMISSÃO DE FESTAS DE S. JOÃO DO CARVALHINHO.-----**

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam a Santo Tirso por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 500,00 € (quinhentos euros) à **Comissão de Festas de S. João de Carvalhinho – Burgães**, para ajudar a custear as despesas com a festa em honra de S. João, que se realiza nos dias vinte e oito e vinte e nove de junho.-----

A Comissão de Festas é representada por Agostinho Alves Guimarães, Henrique Neto Fernandes e Hugo Filipe Silva Moreira.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1514/2014.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade, conforme documento número 1681/2014, de vinte do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A

7

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

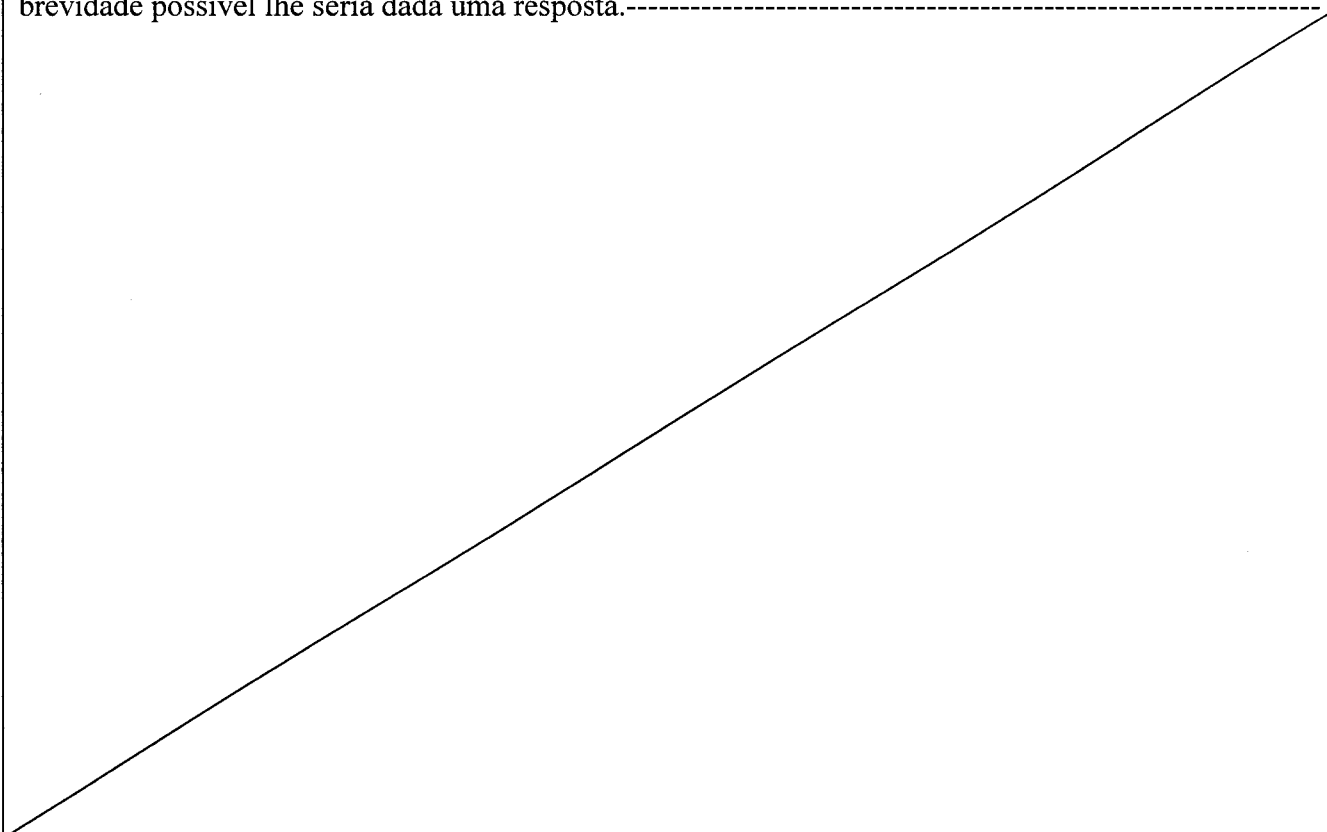
Finda a votação dos assuntos incluídos na ordem do dia, o senhor presidente declarou aberto um período para intervenção do público presente, que desejasse usar da palavra.-----

Inscreeveu-se o senhor Manuel Francisco Mota Araújo Guimarães, residente na Calçada Azenha do Pisco, n.º 12, 4795 – 077 Vila das Aves.-----

Disse que já há mais de um ano anda para resolver uma situação junto dos Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento, que tem a ver com o facto de lhe ter sido efetuada uma cobrança indevida (duplicada) da tarifa de lixo, durante mais de treze anos.-----

Que em julho de dois mil e treze lhe foi devolvido o montante correspondente a quatro anos, mas desde aí nunca mais lhe disseram nada, apesar de insistentemente tentar reunir com a senhora vereadora Eng.ª Ana Maria.-----

O senhor presidente disse que ia apurar os factos junto dos serviços e que com a maior brevidade possível lhe seria dada uma resposta.-----





A

7

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



A

B

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Dez horas e cinquenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem sessenta e seis folhas, apenas utilizadas no anverso e um documento anexo (anexo I, respeitante ao item três), que eu

Adriana Sofia Ha

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 08 / 07 / 2014, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Seis da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana